



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

KAUANY MORAIS DE LIRA

**Mulheres indígenas Xukuru do Ororubá: participação nas relações
sociopolíticas e nas mobilizações por direitos**

Recife
2024

KAUANY MORAIS DE LIRA

**Mulheres indígenas Xukuru do Ororubá do Ororubá: participação
nas relações sociopolíticas e nas mobilizações por direitos**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História na
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharela em História.

Orientador: Prof. Dr. Edson Hely Silva

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lira, Kauany Morais de.

Mulheres indígenas Xukuru do Ororubá: participação nas relações sociopolíticas e nas mobilizações por direitos / Kauany Morais de Lira. - Recife, 2024.

54p : il.

Orientador(a): Edson Hely Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado, 2024.

1. mulher indígena. 2. Xukuru do Ororubá. 3. participação política. 4. feminismo indígena. I. Silva, Edson Hely. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

KAUANY MORAIS DE LIRA

**Mulheres indígenas Xukuru do Ororubá do Ororubá: participação
nas relações sociopolíticas e nas mobilizações por direitos**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História na
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em História.

Aprovado em: 02/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Hely Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Me. Rosani Maciel Calado (Examinadora 1)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Ricardo Ferreira das Neves (Examinador 2)
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Nesta pesquisa foram analisadas as transformações sociais e políticas vivenciadas pelo povo Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção/PE, evidenciou a atuação da mulher indígena nessas transformações, durante e após o processo de retomada das terras a partir dos anos 1990 e nas novas configurações de organização do povo indígena. Buscando compreender sobre as experiências, dificuldades e conquistas da mulher indígena, analisado também como nas atuações as mesmas ressignificaram o "papel da mulher indígena" e conquistaram os seus espaços de atuação dentro e fora do povo indígena, auxiliando no coletivo e criando demandas próprias. Discutido também a participação delas no processo de retomada das terras pelos Xukuru do Ororubá na perspectiva feminina, e sua invisibilidade pela historiografia. O processo de retomadas das terras foi fundamental para o início de suas atuações na esfera pública, durante o período do cacicado de Francisco de Assis, mais conhecido como "Xicão", e com o atual Cacique Marcos, que como o pai continuou com as mobilizações por direitos indígenas. Destacando a importância da sua mãe Dona Zenilda, viúva do Cacique "Xicão", com um papel importante durante e após o processo de retomada das terras, sendo uma reconhecida e importante liderança política-religiosa do seu povo.

Palavras-chave: mulher indígena, Xukuru do Ororubá, participação política, feminismo indígena

ABSTRACT

In this research, the social and political transformations experienced by the Xukuru do Ororubá people, inhabitants of Pesqueira and Poção/PE, were analyzed, highlighting the role of indigenous women in these transformations, during and after the process of reclaiming the lands from the 1990s and in the new organizational configurations of the indigenous people. Seeking to understand the experiences, difficulties and achievements of indigenous women, we also analyzed how in their actions they redefined the "role of indigenous women" and conquered their spaces of action within and outside the indigenous people, helping the collective and creating their own demands. Their participation in the process of retaking the land by the Xukuru do Ororubá from a female perspective was also discussed, and their invisibility in historiography. The process of retaking the land was fundamental for the beginning of their activities in the public sphere, during the period of Francisco's chiefdom. de Assis, better known as "Xicão", and with the current Chief Marcos, who like his father continued with the mobilizations for indigenous rights, highlighting the importance of his mother Dona Zenilda, widow of Chief "Xicão", with an important role during and after the process of retaking the lands, being a recognized and important political-religious leader of his people.

Keywords: indigenous woman, Xukuru do Ororubá, political participation, indigenous feminism

LISTA DE SIGLAS

AIS- Agente de Saúde

AISAN- Agente Indígena de Saneamento

AMARN- Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

AMITRUT- Associação das Mulheres de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié (AM)

APOINME- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

CCLF- Centro de Cultura Luís Freire

CEBs- Comunidades Eclesiais de Base

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

CISXO- Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá

COPIXO- Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá

CPT- Comissão Pastoral da Terra

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

FUNAI- Fundação Nacional dos Povos Indígenas

JUPAGO- Equipe Técnica para desenvolvimento agrícola e agropecuário

SPI- Serviços de Proteção aos Índios

SUS- Sistema Único de Saúde

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	
QUEM SÃO OS XUKURU DO ORORUBÁ.....	10
1.1 A extinção dos aldeamentos indígenas.....	10
1.2 A organização sociopolítica do povo Xukuru do Ororubá.....	13
1.3 Os guerreiros do Ororubá: a instalação do posto SPI.....	15
1.4 Mobilizações por direitos territoriais e sociais.....	19
CAPÍTULO 2	
A MULHER INDÍGENA XUKURU DO ORORUBÁ.....	23
2.1 O “papel” da mulher indígena.....	24
2.2 Mobilizações das mulheres indígenas e a introdução do gênero na FUNAI.....	27
2.3 As mulheres Xukuru do Ororubá.....	30
2.4 Mulheres indígenas: agentes políticos e sociais.....	32
CAPÍTULO 3	
PERSPECTIVA DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE RETOMADAS DAS	
TERRAS PELO POVO XUKURU DO ORORUBÁ.....	35
3.1 Participação das mulheres Xukuru do Ororubá nos conselhos.....	39
3.2 A importância do Toré nas retomadas das terras.....	42
3.3 Dona Zenilda, uma grande liderança indígena.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Os debates sobre os povos indígenas e os seus direitos, sobretudo as terras onde habitam, aumentaram. Observando as primeiras décadas do século XX, os nativos não eram compreendidos como indígenas, outrora vistos como caboclos e/ou remanescentes indígenas. Ou seja, não mais existindo como grupo social diferenciado e as terras habitadas invadidas e esbulhadas, como no caso do povo Xukuru do Ororubá. As memórias orais sobre a participação dos antepassados na Guerra do Paraguai, foi um dos motivos importantes para o início das reivindicações pelas terras e as mobilizações por direitos. (Silva, 2017).

Essa pesquisa buscou analisar e compreender onde estão, e como atuam as mulheres indígenas durante as mobilizações do povo Xukuru do Ororubá, discutindo a participação das mulheres no processo. Compreendendo também a atuação da mulher indígena Xukuru do Ororubá nas relações internas como no COPIXO e CISXO e externas do povo, como as organizações internas criados para contribuir e ampliar o acesso aos direitos, diante de órgãos públicos como o SPI, posteriormente a FUNAI, e pastorais como o CIMI. Também discutindo a visibilidade da mulher nas relações sociopolíticas e na participação nas mobilizações por direitos nos processos de retomadas das terras indígenas.

Para analisar a dimensão da participação das mulheres indígenas, pensamos a partir da abordagem de gênero elaborada por Joan Scott e sobre o patriarcado de baixa intensidade com as ideias de Rita Segato. Estudando o processo de retomada do povo Xukuru do Ororubá, para compreender como ocorreram mudanças na organização social do povo indígena, incluindo a criação de conselhos, buscando sempre perceber pelo ângulo feminino essas mudanças. Pontuando também as conquistas sobre educação escolar indígena, saúde, qualidade de vida, religião e política, baseada nos estudos de Ângela Sacchi, Edson Silva, Fernando Barros, Kelly Emanuely, Paula Faustino e outros/as pesquisadores/as.

A presença da mulher muitas vezes foi fundamental para determinadas situações no citado povo indígena, porém, nem sempre pontuado ou relatado como protagonismos. Um dos motivos para o não reconhecimento das mulheres é a ideia do coletivo, contribuindo para a pouca percepção em relação a essa ausência. Debates analisaram e exploraram a participação da mulher indígena como Ângela

Sacchi, Paula Faustina Sampaio e Hosana Celi Oliveira Santos entre outros/as pesquisadores/a, evidenciando os protagonismos da mulher indígena, sendo imprescindível para a percepção nos estudos sobre a temática indígena, não como visão única e solitária, mas a reciprocidade entre mulheres e homens.

No primeiro capítulo apresentamos um esboço histórico sobre a trajetória do povo Xukuru do Ororubá, desde a extinção dos aldeamentos, a participação de indígenas na Guerra do Paraguai, a instalação do posto do SPI até a organização atual. No segundo capítulo foi discutida a questão de gênero, a vinculação do patriarcado e a mulher influenciando no papel da mulher, e conseqüentemente um papel para a mulher indígena, em contradição a isso será discutido acerca do feminismo indígena e a introdução da questão de gênero na instituição Funai.

O terceiro capítulo analisa o processo de retomada do povo Xukuru do Ororubá na perspectiva feminina, e a relação da espiritualidade nesse processo, sendo visto a participação da mulher nas mobilizações por direitos e nas organizações como COPIXO e CISXO. Abordando ainda sobre a importância de Dona Zenilda, a matriarca das mobilizações do seu povo.

CAPÍTULO 1

QUEM SÃO OS XUKURU DO ORORUBÁ

O nome da nossa tribo é Xukuru do Ororubá do Ororubá, significa o respeito do índio com a natureza. Ubá é um pau, Uru é um pássaro que tem na mata, aí faz a junção, e fica: Xukuru do Ororubá O respeito do índio com a Natureza.
Cacique “Xicão” Xukuru

O povo Xukuru do Ororubá habita um conjunto de montanhas a chamada de Serra do Ororubá, nos municípios de Pesqueira e Porção, no agreste de Pernambuco, a 216km de Recife. O território indígena foi demarcado em 27.555 hectares onde existem 24 aldeia.¹ Em 2023 o Censo do IBGE contabilizou 22.728 indígenas habitando dentro e fora do território Xukuru do Ororubá, com um considerável número de indígenas residindo nos bairros de Caixa d'Água e “Xucurus”, na área urbana em Pesqueira.

1.1 A extinção dos aldeamentos indígenas

A expansão da ocupação portuguesa no Nordeste ocorreu no século XVII, com a criação de gado em fazendas que aos poucos, foram se expandindo para as regiões do Agreste e Sertão. E a legitimação da expansão ocorreu quando o Rei de Portugal fez doações de sesmarias para donos de engenhos no litoral para criação de gado. Por meio de um processo lento, os indígenas foram sendo expulsos das terras, sendo repassadas para os portugueses, sendo a Vila de Cimbres, antigo aldeamento do Ararobá, o local central de colonização portuguesa.

Na missão Ararobá promovida pela Congregação dos Oratorianos, na aldeia missionária Monte Alegre, na Serra do Ororubá habitada pelos Xukuru do Ororubá, fundaram em 1661 o aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas, os padres possuíam fazenda de gados utilizando mão-de-obra indígena.

Para se auto-sustentarem as missões religiosas necessitavam de um patrimônio que, paulatinamente, foram obtendo ao expandir suas propriedades, inicialmente através de doações dos fidalgos e posteriormente

¹Cimbres, Afetos, Couro d'Antas, Caldeirão, Lagoa, Caetano, Santana, Pé de Serra dos Nogueiras, Pé de Serra do Oiti, Pé de Serra de São Sebastião, Cajueiro, Jatobá, Capim de Planta, Gitó, Brejinho, Canabrava, Curral Velho, São José, Pedra d'Água, Guarda, Mascarenhas, Sucupira, Caipe, Passagem. (Santos, 2009, p. 32 *apud* Neves, 2005, p.46)

com a compra de mais terras. Os Oratorianos eram comerciantes de gado e utilizavam a mão-de-obra indígena, tornando as terras do Ararobá cada vez mais produtivas. (Oliveira, 2019, p.23).

A conquista do Nordeste no século XVII estimulado pela Coroa Portuguesa, para obter mão de obra indígena, o trabalho escravizado. Utilizando-se de três estratégias: a primeira foi a Guerra Justa, uma ação militar dos portugueses contra os ataques dos nativos, vista como "defensiva", na qual houve resistência por parte deles, alongando as guerras até o século XVIII. A segunda, foi a conversão, o que provocou conflitos entre os portugueses e os religiosos, pois ambos enxergavam os indígenas como mão-de-obra. A terceira estratégia foi a mistura, que consistia em transformar os indígenas em brasileiros, trabalhadores rurais integrados à economia nacional.

Existiu três movimentos de misturas, a primeira ocorreu nos aldeamentos como política de fusão, a segunda foi para atender os interesses expansionistas como mão-de-obra e posteriormente casamentos entre indígenas e portugueses e a terceira mistura está na distribuição de lotes familiares e a dispersão indígenas. A Lei de Terras de 1850 insere-se nesse sentido, pois propunha a libertação dos escravos para promover a reordenação da população rural para a entrada no modo de produção capitalista (Oliveira, 2004;Silva, 2017).

Em 1757, o Marquês de Pombal por meio da promulgação do Diretório Geral dos Índios, mas conhecido como Diretório Pombalino, determinou o fim da escravidão indígena, retirando ainda o poder dos missionários expulsos dos aldeamentos para a transformação em povoações, vilas com nomes portugueses. Também sendo proibido aos indígenas o uso dos próprios nomes e a obrigatoriedade exclusivo da Língua Portuguesa. No aldeamento do Ararobá os missionários Oratorianos também foram expulsos e a missão se tornou a Vila de Cimbres em 1762. Para Constantino Melo (2019), sendo possível caracterizar os aldeamentos enquanto “espaços de resistência” de desencontros e encontros entre os indígenas e colonizadores, com os nativos resistindo a agressividade e catequização portuguesa forçada. Nestes espaços, os indígenas buscaram por meio da resistência preservar as expressões socioculturais e identidades.

No século XIX, aumentaram as invasões nas terras indígenas e com a Lei de Terras em 1850 esses invasores e as autoridades provinciais passaram a pedir ao Governo Imperial a extinção do aldeamento Xukuru do Ororubá (Silva, 2007). Essa lei foi conclusiva em direção ao esbulho dos territórios indígenas, quando todos tiveram

que comprovar a posse das terras, intensificando os conflitos entre os indígenas e os fazendeiros. Apesar da Lei de Terras ser outorgada em 1850, apenas em 1879, o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres.

Essa extinção promoveu uma demarcação de lotes para familiares, além de uma vasta comercialização, a intensão da Lei de Terras seria as terras devolutas ao império, essa decisão regulamentou a propriedade privada e aumentou o poder oligárquico e as relações políticas com o governo imperial, os maiores beneficiários foram os antigos fazendeiros, dificultando o acesso as pessoas de baixa renda às terras.

De forma evidente houve a legitimação das invasões de terras dos antigos aldeamentos, uma parte da terra foram para terceiros e outra para a Câmara Municipal, que no ato da demarcação destinou pequenos lotes a famílias indígenas, algumas dessas famílias venderam os lotes para fazendeiros depois de muita pressão (Silva, 2017). A extinção dos aldeamentos e “dispersão” dos indígenas foi utilizado como argumento dos latifundiários, invasores nas terras para deslegitimar a identidade indígena e a possibilidade de reivindicação da terra pelo povo Xukuru do Ororubá, vistos e retratados como caboclos e remanescentes indígenas, no caso, descentes marginalizados e sem expressões socioculturais.

Edson Silva (2017) cotou as perseguições contra as famílias Xukuru do Ororubá, que foram morar em terras de outros ex aldeamentos, nas periferias das cidades ou se dispersaram pelas regiões próximas. Dessa situação Dona Josefa relatou:

Meu pai também contava, meu avô também contava. Naquele tempo todo mundo tinha suas terras. E os brancos fazia o quê? Os brancos pegavam dava uma garrafinha de cachaça para os índios, os índios inocentes, não é? Dava uma garrafa de cachaça para os índios, os índios ficavam bêbado, depois jurava de morte, os bichinhos fugia tudo, eles tomava conta das terras toda. Foi assim que aconteceu. Por isso que está tudo pelo meio do mundo, uns na cidade, outros longe, outros em São Paulo, meus irmãos mesmos estão tudo em São Paulo. (Silva,2007, p.90-91)

Após a extinção dos aldeamentos, piorou o tratamento e condições para a realização do trabalho na agricultura pelos indígenas, que trabalhavam nas terras invadidas pelos fazendeiros. Situação que de certa forma, foi respaldada

posteriormente por pesquisadores como Curt Nimuendajú,² relatando a suposta aculturação dos indígenas no aldeamento de Cimbres, a ponto de ser inevitável a extinção do povo indígena e reafirmando os descendentes como caboclos e remanescentes indígenas, isso contribuiu para a dificuldade de reivindicação das terras e a permanência dos invasores como donos das terras.

Na carta resposta enviada ao *Smithsonian Institution* em Washington, em 1943, Curt Nimuendajú comentava sobre a dificuldade em conseguir do ocupado Carlos Estevão o artigo sobre os índios no Nordeste solicitado por aquela instituição. Curt também se negou a atender ao pedido, escrevendo: “Que eu mesmo forneça informações sobre essas tribus, talvez com exceção dos Sukurú de Cimbres, quase aculturados, e que visitei em 1934 não acho viável”. Nimuendajú reafirmava sua crença no desaparecimento dos “Sukurú”, assimilados pela população envolvente, ou seja, continuou pensando que a suposta aculturação dos indígenas em Cimbres era um caminho natural e progressivo e por esse motivo sequer valeria a pena escrever sobre o assunto. (Silva, 2017, p.74-75).

Contudo, apenas em 1944 os Xukuru do Ororubá têm o primeiro relatório oficial escrito pelo sertanista do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) Cícero Cavalcante Albuquerque. E 14 anos depois pelo antropólogo Hohental, porém anos antes do primeiro relatório oficial, existiam escritos sobre os indígenas. Mesmo diante de tantas dificuldades e perseguições o povo Xukuru do Ororubá não findou as mobilizações pelas terras.

Mesmo após a decretação oficial do fim do Aldeamento e diante das proibições, perseguições e violências coloniais, os Xukuru do Ororubá praticaram seus cultos religiosos que eram realizados às escondidas. Nas primeiras décadas do século XX, os Xukuru do Ororubá assim como outros povos indígenas no Nordeste, retomaram com mais vigor a mobilização pela posse de suas terras e garantia de seus direitos, pressionando as autoridades do Serviço de Proteção ao Índio/SPI”. (Silva, 2007, p.92).

1.2 A organização sociopolítica do povo Xukuru do Ororubá

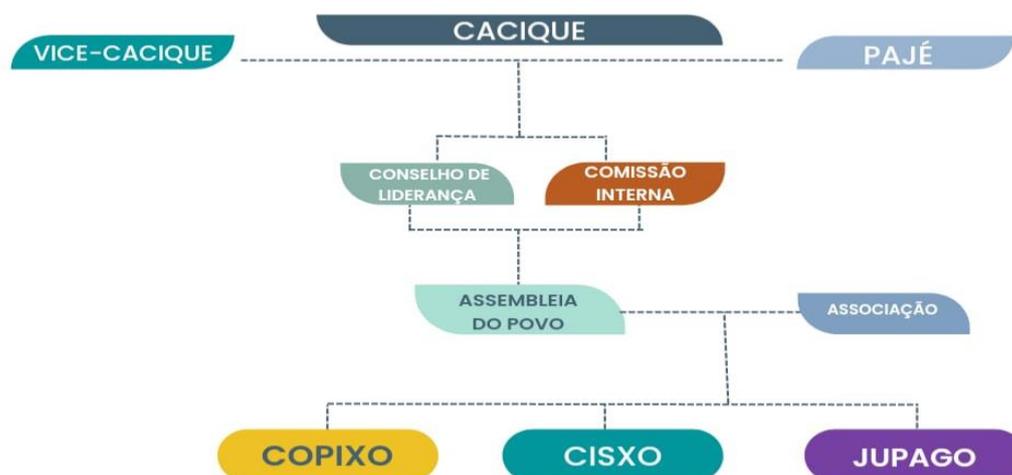
A reorganização sociopolítica do povo Xukuru do Ororubá foi estabelecida e firmada a partir da liderança do Cacique “Xicão,” Francisco de Assis, que durante o

² Curt Nimuendajú, etnógrafo alemão, considerado o maior especialista dos povos indígenas no Brasil na primeira metade do século XX. SCHRODER, Peter. Curt Nimuendajú. Enciclopédia de Antropologia. 2023. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/curt-nimuendaju> Acesso em 25 jul. 2024.

início das mobilizações territoriais, estabeleceu formas para gerir o território com a participação dos indígenas, como retomar as terras dos antepassados invadidas por fazendeiros e para obterem os direitos reconhecidos e respeitados. Ao decorrer dessa trajetória de mobilizações e retomadas das terras, criados "grupos" responsáveis para determinadas necessidades e comunicação em cada aldeia e com cada indígena no povo indígena. A organização política Xukuru do Ororubá é composta: Cacique, Vice Cacique e o Pajé, seguidos pelo Conselho de Lideranças, Comissão Interna, Associação e Assembleia do Povo, além de alguns órgãos como a COPIXO, CISXO e JUPAGO.

Cada grupo com suas funções e responsabilidades conectados, são fundamentais para a manutenção das políticas Xukuru do Ororubá. No topo se encontra o Cacique e o Vice Cacique são articuladores políticos, o Pajé sendo o responsável pelos rituais sagrados também é uma influente liderança, que por meio do direcionamento dos Encantados sabe por exemplo, quem é o escolhido para ser o próximo cacique e uma liderança Xukuru do Ororubá. O Conselho de Lideranças é constituído de representantes das aldeias, que tem como responsabilidade resolver problemas internos e representar a sua aldeia nas discussões dentro do Território Xukuru do Ororubá. E a Comissão Interna que é formada a partir do conselho de lideranças com um número maior de pessoas, discute e encaminha os problemas da comunidade e soluções. Há também uma Assembleia Xukuru do Ororubá, que ocorre anualmente quando as aldeias participam discutindo a situação das comunidades, os desafios e perspectiva, dessa forma, com o poder descentralizado, decidem sobre as políticas e ações a serem realizadas. E a Associação responsável pela parte jurídica.

Importante pontuar que a Assembleia Xukuru do Ororubá, ocorre no dia 20 de maio, data do assassinato do Cacique "Xicão" em 1998, também reúne um considerável número de indígenas, a Comissão Interna, professores e agentes de saúde, como também indígenas de outros povos. É por si só um momento em que é visualizado o alcance da organização política do povo indígena, em conjunto com lideranças política de diversos povos no Nordeste, representantes de ONGs, universidades, pesquisadores e até mesmo políticos. O povo Xukuru do Ororubá foi paulatinamente estruturando uma organização política pautada na resolução de problemas relacionados à saúde, educação e mobilizações por direitos. (Oliveira, 2013).



Organograma: Kauany Morais, 2024. Organização sociopolítica do povo Xukuru do Ororubá.

No final do organograma acima, existe a COPIXO,³ sendo responsável pela coordenação e implementação da Educação Escolar específica e diferenciada nas aldeias. A CISXO,⁴ reunindo os agentes de saúde e tratando da política de saúde do povo e A JUPAGO é a Equipe Técnica para desenvolvimento agrícola e agropecuário.

1.3 Os guerreiros do Ororubá: a instalação do posto do SPI

Meados do século XX, os povos indígenas em todo o Brasil, intensificam as mobilizações por direitos e afirmando a identidade, autonomia e participação política na sociedade. Em relação ao povo Xukuru do Ororubá em Pernambuco, a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi importante como afirmação do direito às terras reivindicadas, por terem sido recompensa pela participação dos antepassados na guerra. Uma das formas de apagamento da existência indígena, era a utilização da dispersão dos indígenas após a extinção do aldeamento de Cimbres, como fim da existência do suposto índio puro, restando apenas descendentes ou remanescentes.

³ Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá do Ororubá.

⁴ Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá do Ororubá.

De acordo com Silva (2017) as memórias orais dos indígenas Xukuru do Ororubá sobre a Guerra do Paraguai foram utilizadas quando os mesmos requeriam o reconhecimento oficial e a instalação de um Posto do SPI.

O índio, elemento a ser colonizado, nunca teve sua opinião respeitada diante da definição do “Seu” futuro. Mesmo assim, participaram, em 1865, de uma guerra de brancos, a do Paraguai, envolvidos num sentimento de proteção as terras brasileiras. Os poucos que retornaram da batalha receberam como recompensa da Princesa Isabel, documento garantindo a posse de suas terras” (Silva, 2017,p.107).

Durante a Guerra do Paraguai, a imprensa pernambucana construiu um discurso com poemas de exaltação ao patriotismo e a presença de voluntários, inclusos os indígenas Xukuru do Ororubá nas tropas destinadas a Guerra. O que a princípio eram soldados voluntários motivados para derrotar a chamada barbárie paraguaia, mas com a prolongação da guerra o recrutamento forçado ocorreu frequentemente. Os indígenas de Cimbres procuraram meios de se livrar do recrutamento obrigatório, alguns solicitaram e conseguiram o impedimento de serem recrutados outros alegaram impedimentos físicos, o recrutamento dos índios compulsoriamente desrespeitava os isentos, desagregava famílias e simbolizava o controle do Estado sobre o índio (Silva,2017). Porém, com as disputas contra os fazendeiros e o próprio município, pelas terras, o recrutamento voluntário ocorreu sendo uma saída para a garantia do direito as terras, um decreto imperial determinou a concessão de lotes de terras aos ex voluntários da Pátria. E os descendentes Xukuru do Ororubá utilizaram dessa participação como uma forma de reivindicar direitos.

Eu ouvi falar assim, é uma história nossa que nós temos dizendo que os Xukuru do Ororubá foram para a Guerra do Paraguai brigarem. Foram 30, morreram 12, voltaram 18. Então eu ouvi falar, então foi os índios do Brejinho, não lembro nem aonde mora, nem o nome deles. Eles são da família dos Nascimento, lá na Aldeia Brejinho. E foi mais uns outros de outras aldeias Xukuru do Ororubá, e foi uma índia chamada Maria Coragem também. E lá eles brigaram na Guerra... aí levaram a bandeira... e pediram para eles irem buscar. Então, eles foram. Eles já tinham passado, e eles chegaram na beira do rio, e eles já tinham atravessado o rio, eles entraram no mato, cortaram madeira, cortaram cipó, fizeram um barco, foram lá, cortaram tudo de facão e trouxeram a bandeira para a Princesa Isabel.” (João Jorge de Melo, Aldeia Sucupira *apud* Silva, 2017, p. 120-121).

A participação das mulheres na Guerra do Paraguai ocorreu de uma forma diferente, há relatos que várias mulheres, prostitutas, esposas e os filhos menores acompanhavam os maridos, soldados na Guerra do Paraguai, auxiliando tanto na

prestação de socorro improvisado e lutando lado a lado com os homens. Os indígenas Xukuru do Ororubá, citam uma mulher indígena que participou e se destacou na Guerra chamada “Maria Coragem”. Seu Zequinha Page Xukuru do Ororubá relatou: “foi Coragem, uma mulher chamada Coragem, porque o nome dela não era coragem, chamaram depois que ela foi para a Guerra, pela coragem dela”. (Silva, 2017, p. 121).

A participação dos antepassados na Guerra do Paraguai, foi argumentado pelos descendentes para embasamento sobre a reivindicação território, reconhecimento identitário e a petição de um posto do SPI na Serra do Ororubá. Porém, ocorreram impedimentos políticos para a concessão de lotes de terras para os ex-voluntários da Guerra do Paraguai. Dona Josefa relatou uma memória oral dos pais e avô sobre a importância da Guerra do Paraguai.

A pessoa que foi para a Guerra, naquele tempo eu não era nascida, eu sei contar coisa assim, alguma coisa que eu já ouvi meu avô falar, meu pai. Os parentes deles foram para a Guerra, lutaram, venceram a Guerra. E depois que eles lutaram e venceram a Guerra, a Princesa Isabel queria dar dinheiro para eles. D. Pedro disse “não dê, porque eles são inocentes, os brancos vão roubar o dinheiro, a terra deles. Dê terra a eles, não dê dinheiro, não”. Aí ela foi e deu a terras a eles. Ganharam aquela roupa de ouro, com aqueles botão de ouro, aquele chapéu, aquelas coisas, não é? E ganharam a terra também. O principal foi a terra que justamente essa terra que ainda hoje estão lutando, querendo acabar com os índios, sabendo que a terra é dos índios porque foi ganha. Está lá no Rio de Janeiro, essa cópia das terras está no Rio de Janeiro. (Silva, 2007, p.324).

Ao saberem da existência de um órgão federal responsável por prestar assistência aos indígenas, os Xukuru do Ororubá iniciaram uma mobilização para serem reconhecidos como povo identitário. O SPI, criado em 1910, passou para o Ministério de Agricultura e começou a trabalhar a capacidade produtiva dos indígenas através dos postos indígenas. Esse decreto se assemelhava a Lei de Terras de 1850, buscando transformar os indígenas em brasileiros contribuindo para o Estado Nacional e inseridos na economia capitalista. O objetivo do SPI era auxiliar na produção agrícola por meio dos postos indígenas, inclusive vender a colheita para com o lucro supostamente assistir os grupos étnicos.

Após essa mobilização o órgão encaminhou funcionário para confirmarem a presença indígena em locais de antigos aldeamentos, e os aspecto que identificaria essa etnicidade seria segundo critérios instituídos pelo próprio SPI, como a Lei não definia os critérios, nessa época, de como seria aplicado o *status* jurídico de indígena às populações, cabia ao SPI definir o que era ser indígena. E em 1944, a pedido do

SPI, o sertanista Cícero Cavalcante de Albuquerque, se instalou no sítio Jitó para realizar o relatório que confirmaria a existência de indígenas na região. Com a chegada do sertanista os indígenas ficaram animados com a possibilidade de readquirir a posse das terras, sempre estando presentes junto ao sertanista. No relatório favorável aos Xukuru do Ororubá, afirmava a etnicidade, citou as perseguições aos indígenas com a prática do Toré, além das características socioculturais e físicas, citando também a participação dos antepassados Xukuru do Ororubá na Guerra do Paraguai.

Mesmo com um relatório favorável ao reconhecimento, dez anos após a visita do sertanista, os indígenas ainda não haviam conseguido reaver as terras, nem a instalação de um posto indígena na área garantindo um espaço comunitário para trabalharem. Assim, os Xukuru do Ororubá tinham apenas uma assistência precária e pontual. (Oliveira, 2013).

A falta do apoio mais amplo do SPI, que identificou os habitantes na Serra do Ororubá como descendentes de indígenas mestiços, que guardavam poucas palavras da própria língua materna. E de acordo com Silva (2017), mesmo mantendo relações com o grupo indigenista oficial em Recife, os indígenas ainda não possuíam um posto do SPI, com a justificativa da necessidade de um posto do SPI pois não eram considerados indígenas “puros”. Em meados de 1940 e 1950 o SPI ampliou a atuação no Nordeste com a criação de novos postos, e para se comprovar a necessidade de posto do SPI realizava-se pesquisas documentais e em bibliotecas. Porém as justificativas sobre povo Xukuru do Ororubá eram insuficientes.

A instalação de um posto do SPI para os Xukuru do Ororubá ocorreu após uma viagem realizada pelos irmãos Nascimento ao Rio de Janeiro, com dois abaixo-assinados pedindo ao Presidente Getúlio Vargas a instalação do posto da SPI e solicitaram direito uma pensão de aposentadoria para o tio Romão da Hora, que doou a farda,⁵ adquirida com a participação na Guerra do Paraguai. Os indígenas explicaram sobre a fome e a falta de recursos para plantio. Foram então encaminhados ao SPI, onde explicaram a situação de penúria em que se encontravam (Oliveira 2013). Em relatos de entrevistas realizadas por Silva (2017) foi pontuado

⁵ Vestimenta confirmando a participação indígena na Guerra do Paraguai.

nessa viagem dos irmãos Nascimento que a distância percorrida foi realizada a pé com duração de meses.

No encontro com as autoridades governamentais, os irmãos Nascimento relataram a história ouvida dos antepassados sobre participação na Guerra do Paraguai, tendo assim o reconhecimento dos direitos às terras do antigo aldeamento. Retornaram a Pesqueira com a conquista, a instalação de uma igreja, de uma escola e o Posto do SPI (Silva, 2017). Foram encaminhados para a Diretoria do SPI no Recife para requerer o posto e após dois meses foi iniciada a construção do posto na atual Aldeia Brejinho.

Após o estabelecimento da relação do SPI com os indígenas, foi inovada o ordenamento político do grupo, instituindo a figura do Cacique, que seria o representante oficial incumbido de expressar as necessidades para o SPI, mantendo contato direto com um funcionário do órgão com as primeiras lideranças. O primeiro Cacique foi Antônio Pereira de Araújo, não recebeu o nome propriamente dito, mas foi o primeiro a realizar segundo as determinações do SPI de distribuição de bens entre os indígenas.

Porém, foi o segundo, sendo o filho de Antônio, recebendo o título de Cacique, Jardelino Pereira de Araújo, após o falecimento do irmão Antero Pereira de Araújo, assume o cacicado. O quarto Cacique foi escolhido pelo Pajé, José Pereira de Araújo, sobrinho de Antero e Jardelino, aparentemente foi escolhido por conhecer o trabalho por meio dos tios, a quem ajudava. O quinto, Francisco de Assis Araújo, conhecido como “Xicão”, foi escolhido pelos Encantados segundo o Pajé e atualmente o filho Marcos, o atual Cacique também escolhido pelos Encantados.

Essas conquistas motivaram os Xukuru do Ororubá nas mobilizações e reivindicações ao direito às terras, principalmente diante das perseguições dos fazendeiros dificultando o trabalho realizado, acelerando as articulações das mobilizações nas reivindicações das terras indígenas. As mobilizações por direito a terra, ganhou visibilidade na década de 1980, incluindo as mobilizações indígenas. São apoiadas principalmente pelos sindicatos rurais, partidos políticos e a Igreja Católica Romana por intermédio da CEBs, CPT e CIMI (Santos, 2009).

1.4 Mobilizações por direitos territoriais e sociais

No final da década de 1980, com a intensificação das mobilizações indígenas no Brasil, ocorreu o contato com a CIMI e a Assembleia Nacional Constituinte, surgindo a necessidade de uma nova postura do povo Xukuru do Ororubá. Com a nova liderança neste contexto histórico e político, Francisco de Assis, conhecido como “Xicão”, foi escolhido Cacique, e na sua liderança, ocorre uma consolidação da política interna do povo, a reorganização sociopolítica, se tornando fundamental nos processos de mobilizações por direito territoriais e sociais.

Os indígenas Xukuru do Ororubá, em nenhum momento histórico se apresentaram de forma passiva, elaboraram estratégias que variavam dependendo do momento histórico. Naquele período, além de ser um momento histórico de emergência de povos originários reivindicando e afirmando a identidade étnica e direitos, os Xukuru do Ororubá utilizaram várias estratégias para conquista do território roubado, uma delas foi a "retomada".

Oprimidos e perseguidos pelos fazendeiros, os Xukuru do Ororubá utilizam dessa estratégia para retomar, como a palavra significa, as terras, conseqüentemente pressionando o governo na sua ineficiência e se reorganizando enquanto povo. Essa aceleração e posicionamento dos indígenas Xukuru do Ororubá, se relacionando na interação dos indígenas com o CIMI.

O CIMI⁶ teve uma participação importante na emergência de discussões sobre os direitos indígenas e as retomadas das terras. Proporcionando assistência jurídica para as etnias e uma escola de formação de lideranças indígenas, antes de 1987 o CIMI tentou contato com os Xukuru do Ororubá e foi recusado e no ano de 1987, e casal de missionários Jéferson Borges (Kiko) e Maria Martina Kerkx (Ria) iniciaram assessoria jurídica com a atuação junto aos Xukuru do Ororubá.

O CIMI, neste momento, teve uma atuação destacada, proporcionando as condições necessárias para a participação política de vários povos indígenas em Brasília durante os debates da Constituinte. O trabalho do CIMI voltava-se principalmente para as discussões sobre os direitos indígenas, capacitando os representantes nas aldeias para fazerem frente aos deputados e senadores. E partir

⁶Fundado em 1972, consiste numa ala progressista da Igreja Católica Romana vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB – responsável pela Pastoral Indigenista, com a missão de animar e articular a presença missionária junto aos povos indígenas, em favor de ações sociais e políticas voltadas para esses povos (Santos, 2009, p. 43)

destes embates que “Xicão” foi reconhecido no movimento indígena (Santos, 2009, *apud* Palitot, 2003, p.118).

Com essa relação do povo Xukuru do Ororubá e o CIMI, foi informado aos indígenas sobre os direitos a serem conquistados, acelerando ainda mais todos os processos de mobilizações, sendo perceptível um redimensionamento social e político do povo indígena começando a traçar os caminhos na afirmação da identidade étnica e valorização da história do povo Xukuru do Ororubá. A identidade e religião Xukuru do Ororubá estando vinculada ao território. O Cacique “Xicão”, visivelmente a frente de todo o processo de conquista dos direitos e retomada das terras até o assassinato em 1998.

O primeiro Cacique foi instituído mediante a uma série de acontecimentos políticos, incluindo o próprio consentimento da SPI. Sendo assim os primeiros cacicados não tinham apoio do povo indígena. Em um determinado momento, quando o Cacique Jardelino morreu e ficou a ausência dessa representação, “Seu” Zequinha tinha um poder religioso por realizar curas e representação ritual, se autodenominou liderança política do povo; quando estava exercendo o cacicado percebeu que sozinho não conseguiria e por isso apresentou um novo cacique para a FUNAI⁷, o José Pereira.

Em uma entrevista, Oliveira (2013), citação que, “Seu” Zequinha, a figura do Pajé surgida a partir deste período, relatou que além de ter ajudado na escolha do Cacique, foi em busca de conhecimentos sobre como reaver as terras Xukuru do Ororubá, porém não recebeu apoio do Cacique e dos indígenas. Posteriormente, com o cacicado de “Xicão”, parente dos caciques anteriores e escolhido pelos Encantados como afirmou o Pajé. Este relatou que em uma pajelança⁸ na década de 1970 apontava “Xicão” como liderança escolhida pelos Encantados e o próprio “Xicão” relatou uma promessa a Mãe Tamain, que se o curasse da doença, uma úlcera no duodeno e o afastasse da bebida, iria trabalhar para os "parentes"⁹ até a hora da morte. E após 36 dias internado se recuperou, voltou para casa e cumpriu a promessa (Oliveira, 2013).

⁷Havia substituído a SPI.

⁸Ritual realizado pelo Pajé ou liderança religiosa do grupo, voltado principalmente para cura e fortalecimento do grupo étnico (Oliveira, 2013)

⁹O termo “parente” é utilizado por diversos povos indígenas no Brasil, com referência não apenas a familiares consanguíneos, mas a membros de um mesmo povo, ou mesmo de outros povos indígenas. (Oliveira,2013)

A partir desse momento iniciando a busca pelos direitos do povo, a princípio como Vice Cacique, e depois como Cacique. O contato com o Cimi, durante a Assembleia Nacional Constituinte, onde os indígenas perceberam as possibilidades de afirmação do direito a terras e a identidade étnica, com a nova liderança indígena começaram efetivamente realizar mudanças e estratégias de mobilizações políticas diferenciadas pelos Xukuru do Ororubá.

A principal reivindicação do povo Xukuru do Ororubá era a demarcação das terras, que ocorreu por meio do processo de retomadas, abordado mais a frente, porém isso não exclui que durante as mobilizações, houve conquistas além da posse das terras como: uma nova configuração de reorganização sociopolítica do povo, acesso e melhoria da saúde, conquistas na educação, conquista do respeito e liberdade religiosa Xukuru do Ororubá. O discorrido nesta monografia sobre o processo de mobilizações por direitos e a retomada da terra, refletindo onde estavam as mulheres. E de que forma participaram ativamente nesses processos e conquistas.

CAPÍTULO 2

A MULHER INDÍGENA XUKURU DO ORORUBÁ

A definição de gênero tem muitas variáveis, dependendo do tempo em que esse termo foi inserido e o entendimento social da utilização. O “gênero” apareceu por volta do século XX, primeiro entre as feministas americanas, insistindo no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (Scott, 1989), no caso estavam mais preocupadas com a mínima quantidade de pesquisas estudando a mulher de forma isolada, sem vinculação com o masculino. A partir desse ponto, as feministas buscaram algumas formulações de teorias, reutilizando-as, como a falta de contestação de conceitos dominantes utilizados, e questionavam a perspectiva sucinta das explicações redundantes no aumento e continuidade dos estudos sobre a mulher. Esse entendimento não foi o suficiente para colocar as mulheres como participantes políticas da/na História, sendo reduzida a história das mulheres, a um único e solitário caminho.

Na busca por novos temas por parte dos/as historiadores/as, até então utilizando esse termo para reconhecerem as relações entre os sexos. O estudo resumia-se apenas a temas como mulheres, crianças, famílias e ideologias do gênero, o estudo descritivo sobre gênero se resumia de maneira genérica a mulher, não havendo força para mudar os paradigmas históricos existentes. Com o esforço das historiadoras feministas para formular teorias explicando o conceito e explicando as mudanças históricas.

O termo gênero é neutro, mas quando se pensa no estudo sobre automaticamente se relaciona a mulher, porém, diferente do termo história das mulheres apresentando caráter político, o primeiro termo anula a mulher como sujeito político, isso obviamente sendo apenas um aspecto na definição de gênero. Também utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres seja necessariamente informação sobre os homens, um implicando no estudo do outro (Scott, 1989).

Os argumentos biológicos para diferenciar homens e mulheres a partir das características visíveis não são suficientes para justificar certas práticas sociais. Essas justificativas, da mulher que tem filhos e o homem tendo força, sendo divergentes e não dialogavam entre si, tornando-se uma forma indicativa de construções sociais,

como os papéis próprios dos homens e mulheres, isso torna a ideia do coletivo nos povos indígenas bem problemática.

Em meados do final do século XX, iniciou uma preocupação de análise teórica na categoria de gênero, outrora essas analogias foram construídas com a oposição do feminino e masculino, questão feminina e identidade sexual, mas até então não existia como sistema de relações sociais. Para Joan Scott (1989) o gênero tendo duas definições, uma seria como um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o outro seria sendo uma primeira forma de significar as relações de poder. E nessas definições se integrando a mulher exemplar, modelo.

Entendendo que se os argumentos de distinção dos sexos são insuficientes para se categorizar sobre o gênero, essas categorias "homem" e "mulher", são construídas socioculturalmente, não existindo uma definição única, ou seja, as sociedades não têm um conceito definido de gênero ou das relações, sendo homens e mulheres produtos de uma realidade social. E na maioria das vezes, a mulher pensada como pura, submissa e do lar, sem autonomia de decisões principais, sempre inferior ao homem, e o estudo sobre gênero refletindo o pensamento social e masculinizado.

Atualmente o estudo sobre gênero saiu do âmbito do estudo da mulher de forma isolada e genérica, passando por uma ressignificação do estudo da mulher, evidenciando a mulher com um papel de protagonista, sem excluir o homem, não são mais separados e sim complementares, contribuindo para uma melhor compreensão acerca do que está sendo pesquisado, sendo sobre essa percepção de gênero que será baseado a análise sobre as mulheres Xukuru do Ororubá.

2.1 O “papel” da mulher indígena

Portanto, pode-se afirmar que o “gênero” é a materialização do poder violento construído pelo patriarcado sobre o outro e está presente em toda a vida social. (...) O gênero é relacional e por essa razão um modo particular de dominação, transpassado pela interseccionalidade de gênero, classe e raça. (Rodrigues, 2019, p.20)

Nas invasões nos territórios nativos, as mulheres indígenas vivenciaram o trabalho forçado, a escravização sexual e reprodutiva, tanto para a satisfação do homem branco como para reprodução de novos escravizados, com violências física,

psicológica e a negação das expressões socioculturais, mais isso não às impediu de se mobilizarem pela sua liberdade e de seu povo, sendo atuantes políticas, exercerem influências nos povos indígenas, estarem em lugares de liderança, reivindicando demandas específicas para as mulheres indígenas e conquistando espaços como protagonistas.

No princípio foram violentadas pela colonização portuguesa e posteriormente deixadas em situação de vida precária, depois se mobilizaram com os povos pelo domínio e autonomia do próprio território. Nesse período, entenderam e reconheceram a importância das atuações em favor e no próprio povo, buscando demandas específicas, mas agregando com os homens indígenas. Porém, com poucas as pesquisas reconhecendo os protagonismos das mulheres indígenas durante o processo de mobilizações e reivindicações dos territórios.

Foi utilizado na sociedade moderna as diferenças entre os sexos para excluir a atuação da mulher, determinando papéis baseados na diferença de gênero, alcançando a mulher nativa, reprimindo e anulando a participação no-povo indígena e como atuante política. As diferenças sociais existentes entre os sexos estabeleceram papéis determinados entre homens e mulheres na sociedade, no pensamento feminista existem três posições acerca disso: a primeira seria o feminismo eurocêntrico, afirmando que o problema da dominação de gênero, dominação patriarcal, é universal, e por ser um pensamento eurocêntrico justifica a possibilidade de atingir às mulheres indígenas e negras os avanços da modernidade no campo dos direitos.

Além da diferença biológica entre homens e mulheres, refletindo nas relações sociais, a questão de cor de pele definindo uma separação por critérios raciais com o homem e a mulher branca, os homens negros e indígenas e por último a mulher negra e indígena. Então, no pensamento feminista eurocêntrico essas diferenças e relações raciais de poder são invisíveis, a dominação patriarcal atinge um nível mais elevado, mas nos povos indígenas a dominação de gênero ocorrendo de maneira menos opressora. A segunda posição, a negação da existência do gênero no mundo pré-colonial e a terceira, identificando nas sociedades indígenas e afro-americanas uma organização na qual Segato (2012) respaldada por uma grande acumulação de evidências históricas e relatos etnográficos que confirmam, de forma incontestável, a existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades indígenas e afro-americanas.

Esta posição identifica nessas sociedades indígenas uma organização patriarcal, ainda que diferente da do gênero ocidental e que poderia ser descrita como um patriarcado de baixa intensidade. Sendo essa terceira posição discutida nesta pesquisa.

Nesses papéis estabelecidos, o patriarcado de baixa intensidade se constituindo por relações entre homens e mulheres menos violentas, em comparação ao pensamento eurocêntrico, ou as relações de fora do povo indígena, como exemplo a questão dos primeiros caciques Xukuru do Ororubá, representantes, a princípio escolhidos pela SPI para intermediar as necessidades dos indígenas com o órgão. Esses representantes estabeleciam o contato dos indígenas com órgãos e instituições, e eram majoritariamente masculinos, tanto da parte dos indígenas, como da parte dos órgãos estatais.

A questão do papel da mulher está vinculada a construção da masculinidade ao longo de toda a humanidade como afirma Segato (2012), onde a construção de um sujeito masculino sendo obrigado a obter essa identidade como *status*, e estando sob olhares avaliativos dos semelhantes para provar a superioridade masculina. Então, isto indicando que o gênero existe, mas de forma diferente assumindo na modernidade. Toda essa construção do *status* e do patriarcado de baixa intensidade vinculado a questão do entendimento e significações sobre gênero e patriarcado, interferindo no povo indígena.

Quando essa colonialidade se insere no território indígena modifica as estruturas de relações, reorganizando por dentro. Porém mantendo a aparência de continuidade e transformando os sentidos, pois se introduz uma ordem regida por normas diferentes. Considerando que o território indígena sempre esteve organizado, dividido em espaços caracterizados com regras próprias e prestígios, em uma ordem hierárquica entre homens e mulheres, por papéis próprios desse espaço, então, essa hierarquia se vê ameaçada pela intromissão e colonização.

Refletindo no terreno comum do território, ancestralmente foi tarefa dos homens em expedições de caça, contatos com territórios vizinhos ou distantes, parlamentar e guerrear, então da sua perspectiva, as agências das administrações coloniais entrando nesses registros em relação com quem se parlamentar, guerrear e atualmente de onde obtém recursos direitos, conseqüentemente a posição masculina ancestral transferida por esta relação.

Porém, em grandes números de povos amazônicos e na região do Grande Chaco na América do Sul, existem restrições em relação a participação e lugar feminino. Os homens compõem o parlamento, interrompem a reunião local ao pôr do sol, sem conclusão, para consultar pela noite no espaço doméstico, ou seja, as mulheres. A partir disso, “constituiu no mundo-aldeia, uma dualidade hierárquica, na qual ambos os termos que a compõem, apesar da desigualdade têm plenitude ontológica e política”. (Segato, 2012, p.122).

Por isso, pode-se dizer que a relação de gênero neste mundo configura um patriarcado de gênero de baixa intensidade, se comparado com as relações patriarcais na colônia moderna. Porém, ainda assim existente essa perpetuação patriarcal. E essa consulta à noite no espaço doméstico, pode ser vista pela ausência de um grupo feminino com demandas específicas, e esse auxílio no coletivo sem o reconhecimento é uma demonstração de desigualdade.

A princípio, as mulheres indígenas sempre evidenciaram que não atuavam em causas específicas ou únicas, como a de gênero, sempre inseridas e atuantes em preocupações com o coletivo, porém essa perspectiva foi se transformando mediante a necessidade de um grupo específico para as mulheres indígenas atuantes, principalmente em decorrência das violências contra essas mulheres. Surgindo o conceito de protagonismo de mulheres indígenas e/ou feminismo indígena.

São muitas as mulheres mobilizadas para se expressar e batalhar pelo que acreditam, mostrando que não pretendem tirar os direitos dos homens, mas lutar ao lado deles. A seguir uma declaração de Sônia Guajajara ao jornal *Folha de São Paulo* em 2017, quando até então era Coordenadora-Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, e a partir de 2023 Ministra do Povos Indígenas.

Existe um feminismo indígena, mas do nosso jeito. [...] Talvez esse termo não seja o mais adequado para nossa realidade. O feminismo soa radical, longe da gente. Mas temos sim buscado protagonismo dentro das aldeias e fora, nas nossas lutas, buscando visibilidade. [...] Para a gente, esse é o nosso feminismo: se empoderar e assumir o protagonismo. Hoje, mulheres têm assumido os principais cargos dos movimentos indígenas estaduais e regionais. [...] Uma vitória nossa, mas que contou também com o entendimento e os votos de muitos homens para acontecer. Para a gente, esse é o nosso feminismo: se empoderar e assumir o protagonismo. (Guajajara, 2017 *apud* Oliveira, 2018, p.302).

2.2 Mobilizações das mulheres indígenas e a introdução do gênero na FUNAI

Com as mobilizações e reivindicações das mulheres indígenas, essas foram alcançando respeito nos territórios de origens e conquistaram notoriedade com a criação na década de 1980, de associações Amarn¹⁰ e a Armitrut¹¹ essas foram as primeiras associações de mulheres indígenas no Brasil. A partir disso, se multiplicaram e surgiram as primeiras demandas decorrentes de denúncias dos principais problemas. As principais reivindicações foram: apoio das lideranças masculinas na decisão política de se organizarem; para as mulheres terem atendimento ginecológico e pré-natal diferenciado e as organizações promovendo atividades educativas relacionadas à saúde; e as mulheres indígenas com acesso a uma política de capacitação.

O que a princípio foi uma demanda específica das mulheres, depois se inseriu no âmbito nacional, contribuindo para a segurança das mulheres e também para o avanço do movimento indígena (Oliveira, 2018). As gerações de jovens mulheres indígenas não aceitando mais viver sem ocupar um espaço de liderança direito delas, se organizarem e terem espaços sendo fundamental para pensar propostas femininas e exigir os direitos dos povos indígenas.

A percepção das mulheres vivendo nos territórios sobre o movimento feminista, não é forte, sendo quase desconhecido. O conceito de direitos das mulheres para as mulheres indígenas, abrangendo o território protegido e conseqüentemente o coletivo, sem a proteção do território, filhos, pais, maridos as mesmas são vulneráveis. Nas aldeias, ocorrendo mais um movimento de mulheres nas mobilizações, mas que não se desassocia do feminismo. Um relato de Ivanilde Kerexu, descreveu essa percepção.

Eu não entendi muito bem o que significa ser feminista[...]. Se, como você disse, o feminismo é uma luta pelo direito das mulheres, uma luta da mulher pela mulher, para as mulheres, eu sou feminista, porque a primeira coisa que eu tive interesse de me ocupar foi isso, pelas mulheres, mas só depois foram surgindo várias coisas e nesse tempo eu vi que o foco não era só a mulher, mas todo um conjunto dentro da aldeia. (Oliveira, 2018, p. 312).

Uma entrevista de Sandra Benites (Ará Reté) realizada por Oliveira (2018) ela afirmou se identificar com a linha do feminismo desde que criou coragem para lutar, citando um relato da avó, "Minha avó dizia, é que a gente nunca pode ter medo de

¹⁰Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro.

¹¹Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié (AM).

enfrentar” (Oliveira, 2018,p. 320), relacionando o enfrentar com o funcionamento do divórcio no povo Guarani, quando o casal se separando, o homem criando as filhas e a mulher criando os filhos, para ensinar a enfrentar o oposto.

Decorrente das reivindicações das mulheres indígenas, a partir dos anos 2000, a Funai começou a inserir na organização a temática de gênero, fortalecendo a participação das mulheres nos espaços de diálogos, de direitos e interesses dos povos indígenas e em espaços de governança, especificamente pela efetivação dos direitos das mulheres indígenas (Rodrigues, 2019). Com o objetivo de atuar junto as indígenas pela abordagem de gênero, apoiando a participação de mulheres nas instâncias de controle social, na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas no país. (Sampaio, 2021).

A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, substituindo o SPI. Foi criada em 1967, até então vinculada ao Ministério da Justiça e em 2023 no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a ser vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, ministério criado em 2023, tendo como Ministra Sônia Guajajara, mulher indígena, atuante política, e Deputada Federal por São Paulo.

Em 2007 foi criada a Coordenação de Mulheres Indígenas, para promover as chamadas atividades tradicionais das mulheres indígenas, vinculada à Presidência da Funai e coordenada por uma mulher indígena Wapichana,¹² Léia do Vale Rodrigues.¹³ Neste mesmo ano foi promovido o Encontro Nacional de Mulheres e Jovens Indígenas, com a participação de 75 mulheres e jovens de diferentes povos indígenas no país, objetivando discutir e elaborar propostas construindo políticas públicas para os problemas enfrentados pelas representantes presentes nos povos de origens.

Em 2008 com a promoção de organizações e departamentos de mulheres indígenas, ocorreu a oficina "A Lei Maria da Penha e as mulheres indígenas" em Brasília/DF. No ano seguinte ocorreu uma reestruturação da Funai ampliando as finalidades institucionais da Coordenação de Gênero e Juventude. E no plano Plurianual 2004-2007, a Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Comunitário, da Funai, realizou uma Ação de Promoção das Atividades Tradicionais das Mulheres Indígenas, tendo como justificativa a necessidade de uma política valorizando o papel

¹²Da família linguística Maipure/Aruak, habitam no Brasil, Guiana Inglesa e uma pequena quantidade na Venezuela. (Rodrigues, 2019).

¹³Mulher indígena do povo Wapichana, agente da Funai e atuante no movimento indígena.

central e as atividades tradicionais das mulheres indígenas, reconhecendo e inserindo-as na economia, manutenção dos conhecimentos, práticas e atividades essenciais à promoção do bem-estar dos povos indígenas. Essa ação buscando o estabelecimento de um canal direto de comunicação e atuação entre as mulheres indígenas e o Estado brasileiro, tendo como intermediário a Funai (Rodrigues, 2019).

2.3 As mulheres Xukuru do Ororubá

No povo indígena, mesmo que em menor intensidade comparado aos habitando fora do território, é receptor de interferências patriarcais. Principalmente quando se relaciona com os “brancos”, isso é visível no estabelecimento dos primeiros representantes oficiais dos povos nativos e na persistente invisibilidade da mulher indígena. A exemplo dos Xukuru do Ororubá, em geral, as mulheres tidas como desempenhado um papel, inclusive político, fundamental no processo de retomada são as esposas e companheiras das lideranças de indígenas envolvidos, na qual a atuação se refere apenas como cozinheiras e companheiras dos participantes, inclusive as mesmas registrando as participações ‘na luta’ assim (Barros, 2012)

Existe um ditado popular brasileiro que diz “Por traz de um grande homem, existe uma grande mulher”, com a intenção de ser lisonjeiro para as mulheres, mas se pode analisar que o protagonismo de toda e qualquer conquista da mulher atrelada ao homem. E a mulher também participando, não sendo lembrada ou no mínimo, mencionada de forma redundante. O intuito não é afirmar o certo ou errado nas organizações sociopolíticas Xukuru do Ororubá, e sim visibilizar a presença das mulheres participantes nas mobilizações e movimentos do povo indígena. Ao escrever uma história das mulheres, não se apresenta mulheres como únicas agentes de transformações históricas, e sim, mulheres também participando, atuando e contribuindo com os homens nas transformações históricas.

A participação da mulher indígena em mobilizações na história, ainda é um campo a explorar, pois são recentes essas mobilizações, mantendo-se uma visão de uma boa mulher indígena se mobilizando pelos direitos dos povos nativos, mas sem destacar o gênero, ou reduzindo essa participação da mulher no auxílio durante os acontecimentos, esse último exemplo de participação não é um problema, e sim a invisibilidade com a redução dessa participação.

De acordo com Barros (2012), parte do problema da invisibilidade da participação feminina nos processos sociopolíticos Xukuru do Ororubá, está relacionado como as mulheres não se constituírem como um grupo e sim desempenhando funções secundárias e domésticas, auxiliando lideranças masculinas. E a inexistência de demandas específicas para esse povo, com a suposta sensação de igualdade e oportunidade entre os gêneros distintos. Nas retomadas realizadas, a participação feminina foi fundamental na logística e no apaziguamento dos ânimos quando necessário, segundo relatos dos indígenas. (Piani, 2006).

A ideia de coletividade é comum nos povos indígenas, os mesmos se constituem como um povo e a noção de povo, baseado "enquanto vetor histórico, enquanto agente coletivo de um projeto histórico, que se percebe como proveniente de um passado comum e construindo um futuro também comum" (Segato, 2012, p. 111-112). Também explicando sobre como essa concepção de povo, não se restringe a repetição de práticas, nem da imutabilidade de ideias. Então essa ideia de coletividade não exclui a criação de grupos específicos, como o de mulheres, mas a criação desses grupos, contribuem para a causa que está em pauta.

A sociedade Xukuru do Ororubá é fundada no poder masculino, como toda sociedade humana, o homem é o provedor, a autoridade maior. Consequentemente isso se refletindo na definição no universo familiar na divisão sexual do trabalho, o homem pertencente a esfera pública e as mulheres a esfera doméstica, se restringindo a casa, filhos e trabalhando com o marido na roça. As mulheres participando das atividades para sustentação familiar, pois na maioria das vezes o trabalho do homem não é o suficiente para as necessidades da família, isso demandando um esforço extra da mulher e também dos outros membros da família para complementar a renda, porém mesmo todos participando ainda pertence as mães a carga maior de trabalho e responsabilidade. Essa sociedade começando a se modificar paulatinamente com o processo de reivindicações, as retomadas de terras.

As mulheres Xukuru do Ororubá têm o papel de dona de casa e quando acorda de madrugada, vai fazer o fogo de lenha para preparar o café e o almoço (...). Algumas mulheres trabalham em artesanato de palhas, sementes, madeiras, ossos e também na renascença e bordado e comercializam seus produtos. Além de trabalhar em agricultura com o marido e filhos para a plantação e o cultivo, elas participam das organizações internas Xukuru do Ororubá e fazem parte da religião junto com o Pajé. (Professores Xukuru do Ororubá, 1997, p.30).

O ideário de mulher Xukuru do Ororubá, permeia o modelo de mulher sentimental, romântica, maternal, casta, destinada ao casamento e ao roçado, a mulher doméstica (Santos, 2009). A mulher agricultora, auxiliando o marido na roça, doméstica, responsável pela casa e filhos, além de uma mãe e mulher dedicada, são todas essas funções/papéis relacionados as atividades domésticas e econômicas (contribuindo na renda da casa). Também no relacionamento com os filhos e cônjuge, além de auxiliar o próprio marido nas relações externas.

Percebendo-se que as responsabilidades para os homens são de forma constante, mas para as mulheres são variáveis e crescente, infelizmente quase totalmente consideradas complementares. A necessidade e o desejo de alcançar a esfera pública se intensificando ao ocorrer o contato das mulheres com os trabalhos externos. O processo de retomada contribuindo para as mulheres, possibilitando novas relações fora do espaço doméstico, pois começando a exigir novos papéis e por isso as mulheres começam a adentrar na esfera pública, mas conciliando com as atividades existentes. Porém não foi fácil, encontraram muitas resistências em casa, com os maridos, as lideranças das aldeias e colegas de trabalho.

Novas configurações ocorreram por causa das mobilizações indígenas, como consequência as melhorias de vida, reivindicações das terras para trabalharem, retorno as escolas, criação de postos de saúde e geração de empregos, esses foram ocupados tanto por homens como por mulheres Xukuru do Ororubá: "Ao criarem esses espaços, as lideranças, parecem ter criado também uma possibilidade de mudança nas relações sociais, entre homens e mulheres" (Santos,2009, p.88). O único ponto discutível é a ideia do coletivo, sendo bem problemático para a questão das mulheres Xukuru do Ororubá, pois ao mesmo tempo fortalecendo a união do povo, sem uma demanda específica para o grupo, invisibilizando as atuações da mulher Xukuru do Ororubá.

2.4 Mulheres indígenas: agentes políticas e sociais

Em todos os anos de escravidão, libertação e busca por direitos, os indígenas nunca foram inertes aos acontecimentos históricos, sempre ocorreram mobilizações indígenas, porém não eram apoiadas nem pautadas pelo governo. Na década de 1970 foram registradas mobilizações indígenas em todo o país, com intensificação e

fortalecimento na década de 1980, esses movimentos questionam a tutela do Estado sobre os indígenas. Nessas décadas, iniciaram as assembleias indígenas consolidando o movimento indígena no Brasil. Nas assembleias, participaram representantes de diferentes povos para trocas de experiências e os debates sobre as problemáticas atingindo os povos indígenas, sendo principalmente em relação aos direitos territoriais, o princípio articulador do movimento.

Após a Constituição Federal de 1988 reconhecendo aos indígenas o direito as expressões socioculturais, as denominadas organizações indígenas atuam como mecanismos de representatividade indígena, para a promoção dos direitos territoriais, ambientais, socioculturais, de saúde e educação e a geração de renda através da produção e comercialização dos produtos indígenas (Sacchi, 2022).

Essas novas formas de organização política dos povos indígenas também propiciaram a oportunidade as mulheres, e a partir da década de 1990 foram promovidas reuniões de mulheres indígenas no Brasil. Mas, segundo Sampaio (2021) já eram vistas movimentações de mulheres indígenas, mesmo que de maneira não evidenciada como: Xod Fei do povo Kaingang, participante na VIII Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas ocorrida em 1977. E de acordo com o jornal "Luta Indígena", foi a primeira reunião de caráter nacional e a primeira onde participou uma mulher, na qual apresentou um relato e apoiou as posições tomadas. Outra mulher ser citada foi Marta Guarani, assumindo o papel como continuadora das mobilizações dos povos indígenas, após o assassinato do tio na década de 1980. E também outras mulheres como Deolinda Tucano e Quitéria Pankararu (Pernambuco) estavam empenhadas nas mobilizações pelo reconhecimento étnico e dos territórios.

As participações das mulheres nas mobilizações históricas dos povos indígenas podem ser analisadas de diversas maneiras, uma delas é a responsabilidade de logística, cuidado com as crianças e a alimentação e saúde dos participantes, também auxiliando os maridos, na preparação do evento. Os seus posicionamentos como parte fundamental dos povos de origens são sempre se preocupando com o coletivo, em "somar forças" caracterizando um papel não-político, findando por excluir as mulheres de uma participação política mais ativa, porém isso não se aplica a todas as mulheres, nem a partir de determinados acontecimentos históricos. As mulheres sempre estiveram atuando em diversas intensidades, mas não

eram visibilizadas, sendo muitas vezes silenciadas, ou pouco referenciadas nas narrativas e registros sobre as mobilizações indígenas.

As mulheres estão cada vez mais atuantes politicamente nas mobilizações por direitos, exemplo disso foram: Cacique Hilda Pankararu (Pernambuco), atuante na retomada das terras do povo Pankararu na década de 1970, muito importante no movimento indígena, tanto para o seu povo como para os demais povos indígenas. A Cacica Damiana do povo Guarani e Kaiowá (Mato Grosso do Sul), a princípio rezadeira e líder espiritual, posteriormente apresentada como liderança política. Existindo uma diferença na apresentação da primeira utilizando o "Cacique" e a segunda utilizando a terminologia "Cacica", a Cacique Hilda utilizando a nomenclatura semelhante ao cacicado indígena exercido por homens indígenas e a Cacica Damiana flexionando para o feminino, marcando a liderança como ação de indígena mulher (Sampaio, 2021).

Outra mulher indígena atuante é a Cacica Dorinha Pankará no Sertão pernambucano, filha do Pajé Pedro Limeira, uma importante liderança e referência na ritualística Pankará. Em 1998, iniciou a participação no reconhecimento do povo e reivindicações como saúde e educação. Atualmente além de Cacica é funcionária pública. Uma importante liderança para o povo Xukuru do Ororubá é Dona Zenilda, figura fundamental durante o processo de retomadas das terras, nas reivindicações por direitos e como liderança Xukuru do Ororubá.

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVA DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE RETOMADAS DAS TERRAS PELO POVO XUKURU DO ORORUBÁ

O processo de retomadas das terras foi uma estratégia política utilizada por alguns povos indígenas como forma de readquirir o território. Os Xukuru do Ororubá foi um desses povos. As retomadas são ações política visando a autonomia dos povos indígenas, consistindo nos indígenas acamparem, se estabelecerem e uma prática de reivindicação é dançar o Toré, ritual religioso. Durante esse processo ocorrendo negociações dos indígenas com os fazendeiros ou dos indígenas com a FUNAI, quando não havendo acordo por partes dos invasores nas terras indígenas. Em geral o início da mobilização ocorre a noite e pela manhã iniciando os acampamentos, montando barracas para estadias dos indígenas ou se instalando nas casas quando os fazendeiros entregam as chaves para as lideranças (Santos, 2009).

Analisar o processo de retomadas Xukuru do Ororubá na perspectiva feminina é um grande desafio, pois os registros das histórias políticas deste povo, marca em grande maioria a presença masculina, e tem o homem como protagonista desse processo. A maior parte dos componentes referidos com maior destaque são homens, a mulher que, em geral, desempenhando um papel menos político, visibilizadas como coadjuvantes e na medida em que as mesmas configuram as participações apenas como companheiras dos protagonistas, cozinhando, cuidando dos filhos e apoiando o marido.

Porém, observando as relações dos Xukuru do Ororubá referentes as mobilizações pelas terras, possibilita a modificação no espaço familiar, durante as retomadas, os indígenas inserindo novas formas de trabalhos feminino e masculino, abrangendo uma mudança nos papéis sociais, político, religioso e econômico. A primeira retomada ocorreu no final do ano de 1990, na Aldeia Pedra d'Água, esse lugar foi escolhido pela representatividade religiosa, o caráter mágico, local onde o Pajé realizava os trabalhos religiosos com poucas pessoas, escondido das perseguições dos fazendeiros e também por motivos de desmatamento realizado pelos invasores.

Da perspectiva de Dona Zenilda, viúva do Cacique “Xicão”, a primeira retomada ocorreu após o Cacique pensar e conversar com os mais velhos sobre fazer a retomada. Após a ocupação da área, as lideranças reuniram-se com os invasores para negociarem a desocupação. O acordado foi irem a FUNAI para receberem a indenização. Os Xukuru do Ororubá exigiram providências da FUNAI sobre a situação e contaram com o apoio jurídico do CIMI, e de outras agências como IBASP, CBB, Prefeitura, Sindicato Rural, etc. (Santos, 2009, p.66 *apud* Fialho, 1998, p.82). Nos anos seguintes foram realizadas outras cinco retomadas.

Agora a gente entrou em Pedra d'Água só para preservar a mata. Ninguém estava com a intenção de expulsar os posseiros. Mas quando a gente entrou, a gente sentou e analisou que eles deveriam sair. Tivemos uma reunião com eles e eles falaram assim: se vocês ajudarem a gente a receber nossos direitos, se for na FUNAI com a gente e ela der alta, a gente se contenta. Francisco foi com eles para o Rio, liberaram a indenização e eles saíram calmamente, nem se alteraram. Aí a gente tomou conta da Pedra d'Água, onde os índios acharam melhor fazermos a casa, pois seria mais seguro. (Entrevista com Zenilda, *apud* Santos, 2009, p.65)

Após a retomada, os Xukuru do Ororubá se pronunciaram para a população em geral, à imprensa e às autoridades com uma nota, explicando os motivos da retomada em Pedra d'Água: a falta de terras para plantação, com as invasões nas terras Xukuru do Ororubá; o valor sagrado de Pedra d'Água, local de realização de rituais; proteção da área onde os indígenas organizavam a roça comunitária; inoperância da FUNAI, pois fazia dois anos que os Xukuru do Ororubá solicitava a retirada e reassentamentos dos invasores (Santos, 2003).

Os conflitos entre fazendeiros e os Xukuru do Ororubá se intensificaram depois da primeira retomada, na Fazenda Caípe localizada numa região muito fértil, o proprietário proibiu os indígenas de plantarem e não os queria mais como trabalhadores. E em 1992 ocorreu a segunda maior retomada no cacicado de “Xicão”, a Fazenda Caípe, sob domínio do Vereador de Pesqueira Hamilton Didier, influente no grupo econômico e político na região. A retomada precisou de uma organização prévia além do apoio dos aliados e agências, houve ameaças de pistoleiros, necessitando de vigilância constante das mulheres e homens participantes na retomada.

Dona Francinete, relatou que apesar de muito nervosa, encarou o medo pela vontade de mudar de vida, pois a princípio apenas passava o dia e durante a noite retornava para casa por causa dos filhos, mas o marido e irmão permaneciam (Santos,

2009). A retomada de Caípe de Baixo possibilitou aos Xukuru do Ororubá uma área para a agricultura de subsistência, além de moradia, também proporcionou melhores perspectivas como, as famílias se tornaram mais comprometidas com a mobilização territorial com um prestígio e legitimidade para os indígenas depois de uma vitória contra um inimigo poderoso.

Durante o cacicado de “Xicão” ocorreram seis retomadas, a primeira em Pedra d'Água em 1990, mais duas retomadas em 1992 em Caípe e na Fazenda Queimadas em Canabrava. Posteriormente, em 1994 foram realizadas mais duas, as retomadas na Aldeia Caldeirão e na Aldeia Pé-de-Serra e as duas últimas em 1997, em Tionante e Sítio do Meio. Nesse período de retomadas ocorreu a demarcação física da terra indígena Xukuru do Ororubá, em 1995.

Nas últimas duas retomadas a Dona Maria participou pela primeira vez e, numa entrevista por Santos (2009), relatou que foi um acontecimento inesperado. Os indígenas estavam num domingo em Pedra d'Água para o Toré e o Cacique disse que iria acontecer a retomada de Tionante. Todos que estavam em Pedra d'Água foram a pé até o Tionante, após a primeira noite, ao amanhecer iniciaram organizando as barracas.

Em 20 de maio de 1998, ocorreu o assassinato do Cacique “Xicão”. Após a morte, os Xukuru do Ororubá permaneceram quase dois anos sem um cacique propriamente. Mesmo assim ocorreu retomada da Fazenda de Abel. Além da conclusão das lideranças, incluindo Dona Zenilda, sobre a falta de preparação “mística” do Cacique Marcos, escolhido pelos Encantados, existia as ameaças de morte contra as lideranças.

Mesmo com a demarcação das terras, ainda houve processos de retomadas, pois demorou a assinatura do Presidente da República para liberar o pagamento de indenização aos fazendeiros, como previsto em lei. A questão Xukuru do Ororubá foi adiada pelo governo para o ano de 2000. Nesse ano, Marcos Xukuru do Ororubá foi consagrado o novo Cacique pelo Pajé. Em janeiro do mesmo ano, ocorreu a primeira retomada de Marcos xukuru como Cacique, o povo Xukuru do Ororubá acampou na rodovia PE-219, cortando área indígena, localizada na entrada de Pesqueira. Essa atitude ocorreu por que os indígenas encontraram pessoas pescando no açude abastecendo a cidade de Pesqueira, localizado nas terras indígenas, autorizados pelo

fazendeiro José Cordeiro Sampaio, com nove fazendas no território indígena e o mesmo tinha negociado ilegalmente essas terras (Santos, 2003).

Sete dias após a instalação dos indígenas na Fazenda Santana, o administrador regional da FUNAI, compareceu ao local da retomada e propôs que uma comissão fosse até Brasília. Percebendo um descaso com os Xukuru do Ororubá, toda essa movimentação de retomada, tinham como intuito pressionar e sensibilizar os órgãos federais para a situação dos indígenas na Serra do Ororubá. A identificação do território Xukuru do Ororubá foi realizada em 1989, a demarcação em 1995 e a homologação em abril de 2001. (Santos, 2003).

A organização na retomada de Santana, no cacicado de Marcos, foi uma nova metodologia empregada, as lideranças mobilizaram em torno de mil pessoas permanentes revezando num esquema de rodízio. Dona Zenilda relatou em entrevista a Santos(2003), que em janeiro de 2000 o administrador da FUNAI, estaria indo para uma reunião com as lideranças Xukuru do Ororubá, para resolver sobre a possível venda das terras indígenas. A mesma teve a ideia de sequestrar o funcionário vindo e iniciar a retomada de Santana. E assim ocorreu, quando após a conversa não se chegou a nenhuma conclusão, realizaram a retomada e levaram junto o administrador. Apesar de tudo, esse processo de retomada durou um ano e os problemas continuaram, quando estavam preparando uma comissão de Lideranças para ir a Brasília/DF, foi publicado o decreto da homologação das terras.

Nessas mobilizações sociais, as mulheres Xukuru do Ororubá começaram a participar das reuniões de organizações das retomadas e na mobilização e articulação dos Xukuru do Ororubá, ocorreu uma ressignificação da mulher Xukuru do Ororubá enquanto sujeito político, adentrando cada vez mais na organização política do povo, com ou sem a presença de maridos e pais. Porém velhos hábitos sendo difíceis de quebrar, as mudanças contribuindo, mas algumas ideias permanecendo, fundindo-se e recriando-se. Santos (2009) relatou que Dona Maria afirmou, que as mulheres começaram a participar porque quando “Xicão” marcava uma retomada, era para todos, mulheres, homens e crianças.

As mulheres transformaram seu papel de esposas e mães, e se tornaram esposas mobilizadas e contribuindo com a renda familiar. Na gestão do território, educação e saúde as mulheres passaram a exercer posições de lideranças, aumentando as participações, conseqüentemente provocando impactos

socioculturais nessas relações, isso transformando as esferas políticas relacionadas a educação e saúde, pois essas lideranças femininas participando das mesmas e tendo voz. Também se refletindo no Conselho de Lideranças, que mesmo com o pequeno número de mulheres, em muitos casos afastadas desses espaços pela predominância de lideranças masculinas, ainda exercem influências sobre os homens nas casas, pois o campo político Xukuru do Ororubá está englobado nessas duas esferas, público e privado. Participando nos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do povo, tanto homens como mulheres.

Dona Zenilda foi fundamental durante todo o processo de reivindicação das terras Xukuru do Ororubá, antes mesmo da volta de “Xicão” de São Paulo e o início da integração nos interesses do povo, Dona Zenilda era muito querida. A mesma era procurada pelos moradores nas aldeias, para se informar sobre a utilização de ervas para chás, curativos e muitos outros, pois tinha o conhecimento autodidata sobre a medicina tradicional. Então durante todo o processo de reivindicações, no Vice Cacicado e no cacicado de “Xicão”, ao lado esteve Dona Zenilda, no aprendizado sobre liderança e direitos indígenas ministrado pelo CIMI, no ensino a outros indígenas em reuniões nas aldeias e para conseguir o apoio das mulheres nas mobilizações.

3.1 A participação das mulheres Xukuru do Ororubá nos conselhos

Diante das mobilizações dos povos indígenas em todo o país nas décadas de 1970/80, na união desses povos, perceberam a necessidade de um fortalecimento nas reivindicações pela demarcação das terras e de denunciar tanto o desmatamento, como todos os tipos de violências, alguns povos perceberam a necessidade das lideranças e os povos indígenas no Leste e Nordeste estarem em contato uns com os outros, surgindo um movimento regional, que muito antes de se concretizar, conseguiu uma grande conquista de nível nacional: os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, na qual o povo Xukuru do Ororubá teve participação nas mobilizações pelos artigos 231 e 232¹⁴

¹⁴Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Esse movimento recebeu o nome de Comissão Leste/Nordeste em 1990, mas quatro anos depois foi chamado de APOINME-Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Atualmente composta por 11 representantes dos 29 povos indígenas fazendo parte E dos 11 representantes, três são coordenadores, as reuniões ocorrendo de quatro em quatro meses. Existindo a necessidade de criação de organizações para os povos indígenas e para os Xukuru do Ororubá não seria diferente.

O papel da mulher indígena nas organizações indígenas e no próprio movimento indígena é um assunto relevante para se discutir. Partindo da perspectiva das mulheres Xukuru do Ororubá nessas organizações, a princípio se formando o Conselho de Lideranças Xukuru do Ororubá, na qual indígenas de cada aldeia escolhiam uma pessoa para representá-los. Fazendo parte também o Cacique, o Pajé e Dona Zenilda. Essa comissão formada por 12 pessoas discutindo os problemas internos de cada aldeia, além de mobilizações políticas e as retomadas de terras. Em 1991 foi criada a Associação da Comunidade Xukuru do Ororubá trabalhando na elaboração de projetos de desenvolvimento e intermediando contratos para o povo, logicamente a Associação dispendo de poder jurídico.

Uma das atividades nas retomadas foi a arte do artesanato, a confecção da renascença e em 1997 sendo criado o Grupo de Mulheres Rendeiras, um grupo de mulheres Xukuru do Ororubá produzindo a "Renascença". Dona Francinete aprendeu a fazer renascença ainda pequena e ensinou aos netos, participou da retomada de Caípe onde fazia renascença, dentro ou fora das barracas. Através dessa organização, existe um lugar reservado na Aldeia Pé de Serra e numa casa em Pesqueira, na qual as mulheres confeccionam o produto e fazer vinculação com estabelecimentos, mas também expondo e recebendo encomendas.

Existindo ainda dois conselhos: o COPIXO e o CISXO, o primeiro é o Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá, criado em 1997 com o apoio do CCLF-Centro de Cultura Luiz Freire. Em 1999 foi legalizado pela Câmara de Educação Básica/CNE, criando a categoria Escola Indígena no Ministério da Educação, coordenando a educação indígena específica e diferenciada, proposta

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (Santos, 2009, p. 45 *apud* Capítulo VIII "Dos Índios", Título VIII "Da Ordem Social", Constituição Federal do Brasil/1988)

realizada pelos Xukuru do Ororubá desde a criação do COPIXO. (Santos, 2009). Esse conselho é composto por 16 pessoas, sendo uma delas representante na Comissão Interna, fazendo a vinculação entre as outras lideranças e o Conselho de Professores. Essas pessoas a maioria são mulheres, inclusive nos postos de gerência e coordenação são poucos os homens responsáveis por lecionar e cumprir apenas o papel de professores.

Nós professores indígenas, juntamente com o cacique Chicão e outras lideranças, após algum tempo de reuniões, sentimos a necessidade de criar um conselho porque cada vez mais nós professores sentimos dificuldades em enfrentar o poder público na Luta pelos nossos direitos(...). O conselho visita as escolas, organiza Os encontros e representa os professores frente ao poder público e nos encontros fora da área onde nós procuramos levar conhecimento aos professores sobre a importância de participar das capacitações” (Professores Xukuru do Ororubá, 1997, p.62)

O CISXO- Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá, surgiu motivado pelo Governo Federal, que em 1999 publicou a Lei 9.836, transferindo a responsabilidade da saúde indígena da Funai para a Funasa. A Lei propôs uma política de saúde pública, buscando garantir o respeito às especificidades das expressões socioculturais de cada povo indígena. A instituição governamental, que a princípio pareceu um aspecto positivo para os povos indígenas, se transformou num instrumento mal utilizado pelo poder público, delegando aos indígenas a necessidade de ordenamento urgente de agentes de saúde e agentes de saneamento entre os indígenas treinados pela Funasa.

Criado em 2000, o CISXO atuou pela qualidade do atendimento ao povo Xukuru do Ororubá na saúde, em parceria com os agentes de saúde e reivindicando da FUNASA, o órgão federal responsável pela saúde indígena. Esse Conselho é composto por 17 pessoas exclusivamente indígenas, com a participação do Cacique, a Coordenadoria do Polo-Base, lideranças nas aldeias, auxiliares de enfermagem, AIS,¹⁵ AISAN,¹⁶ e outros (Santos ,2009). Enquanto o AISAN auxilia nos serviços gerais, os AIS têm atribuições mais gerais como fiscalizar ações referentes a saúde, isso incluindo planejar ações e discutir políticas que melhorem a saúde da etnia. Ressaltando a implementação da educação popular em saúde no povo Xukuru do Ororubá, buscando solucionar problemas da saúde. Ocorreram encontros com o

¹⁵Agente Indígena de Saúde

¹⁶Agente Indígena de Saneamento

objetivo de formar AIS/AISAN até então com focos nos adolescentes e jovens, e oficinas sobre a história das políticas públicas em saúde, SUS e etc.

O objetivo do CISXO de está fiscalizando, que a obrigação do conselho é fiscalizar as ações de saúde dentro do povo Xukuru do Ororubá, tanto do médico, como do agente de saúde, do AISAN. A gente fica sempre observando, avaliando e discutindo as políticas e as melhorias dentro da área indígena. Quando tem algum assunto, assim caso um da gente não trabalha, a gente chama para conversar. Se teve algum erro do médico, alguma coisa, a gente senta todo mundo e discute. Se precisar conversar, se é melhor, o que é que tá tendo de errado, em que é que tem que melhorar. (Entrevista com Cida, *apud* Santos, 2009, p.91)

Mas, antes dessas organizações, ocorreram mobilizações reivindicando educação e saúde para o povo Xukuru do Ororubá. Algumas crianças foram educadas e curadas em casa por meio da mãe, pai e rezadeiras. E Judite Xukuru do Ororubá, uma indígena da Aldeia Gitó, com Dona Zenilda relataram que durante a adolescência foram professoras temporárias nas aldeias de origens. Dona Judite começou a trabalhar como professora substituta entre 16 e 17 anos, depois lecionou no município na Aldeia Gitó, posteriormente fez um curso pela rádio para ministrar aulas, com muitos analfabetos no seu povo, conseguindo alfabetizar a mãe de 70 anos e outras pessoas de todas as idades, 60, 50, 20 anos. As aulas ocorriam na igreja em Brejinho, até ser contratada pela FUNAI, para reabrir a escola na aldeia que estava fechada há 12 anos (Silva, 2015).

E mesmo diante de ameaça de homens querendo a expulsar da escola, permaneceu. Também teve formação em enfermagem estagiando em um hospital, realizava partos no território e utilizava também as plantas e espiritualidade. Na época das mobilizações por terras coordenadas pelo Cacique “Xicão”, auxiliou o povo com assistências na entrega de alimentos, realizando partos, fazendo curativos entre outras ações na área da saúde. (Silva, 2015, p. 88-90). E Maria das Montanhas, ou Marli, irmã de “Xicão” também trabalhou na única escola ensinando sobre o povo Xukuru do Ororubá. Até a década de 1990 a educação escolar se resumia ao conteúdo da sociedade nacional, desvinculada de qualquer valorização de distinções étnicas.

3.2 A importância do Toré nas retomadas das terras

A religião indígena Xukuru do Ororubá foi fundamental e pontual no processo de retomadas das terras, com a dança do Toré realizada durante os acampamentos,

foi sempre pontuado nas análises e relatos orais dos indígenas. Um pesquisador escreveu que o Toré é uma dança, ou um ritual realizado por quase todos os povos indígenas habitando a região Nordeste (Oliveira, 2019, p.74 *apud* Reesink, 2000, p.359). Aspectos do catolicismo popular estão presentes no cotidiano Xukuru do Ororubá, porém os indígenas realizam cultos diferentes nas práticas espirituais dos Xukuru do Ororubá.

No início do processo de retomadas os indígenas tinham medo ou não concordavam, sentiam-se inseguras, ocorrendo também muitas ameaças durante. Mas, a dança do Toré praticado durante as mobilizações, são pedidos força, proteção, coragem e discernimento a Tupã, Tamain, os Encantados de Luz e aos antepassados. O Toré sustenta as lideranças e o sistema de poder, pois os rituais envolvem indígenas com aura místicas, também reforçando os laços de solidariedade e a manutenção de sinais diacríticos; estabelecendo uma determinada orientação, pode modelar a concepção de vida (Santos, 2009).

Dona Zenilda, liderança política e religiosa, relatou sobre a importância da dimensão religiosa do Toré, no culto aos Encantados, são os antepassados que orientam, fortificando e estão presentes, mas em geral se manifestando nos rituais.

Por conta da força que nos traz. É a renovação da nossa força no momento que a gente tá dançando o ritual. É concentrado na natureza sagrada, concentrado nos nossos antepassados, que são nossos Encantados. E é um momento de ele estar junto conosco. É um momento de chamar eles pra se aproximar, no momento da oração. (Entrevista com Dona Zenilda, *apud* Oliveira, 2019, p.90).

A prática do Toré foi duramente reprimida antes das mobilizações, os indígenas foram perseguidos pela polícia e impedidos de realizar rituais no cotidiano dos Xukuru do Ororubá. A dança religiosa visto como "catimbó" e o Pajé com uma minoria de pessoas ou sozinho, realizava em dias específicos e escondido o ritual sagrado na mata, as únicas exceções eram nos festejos anuais, no São João e na festa de Nossa Senhora das Montanhas, "Mãe Tamain" na Vila e Cimbres e mesmo assim eram vistos com discriminação. O Pajé Xukuru do Ororubá, "Seu Zequinha" é a única liderança espiritual respondendo oficialmente pela Religião Indígena Xukuru do Ororubá, é quem organiza e orienta todos os terreiros de rituais e as celebrações no território.

Durante o processo de mobilizações políticas, o Toré foi utilizado como fortalecimento e afirmação da identidade étnica, a conexão com a Mãe Natureza para

proteção. O universo simbólico, a rede de relações entre pessoas e com a terra fazem parte da forma de organização sociopolítica Xukuru do Ororubá (Santos, 2009, p. 101). Para o povo, ter de volta o território era essencial para a reprodução física e sociocultural, no processo de retomada, fortalecendo a identidade étnica, na qual os indígenas foram a princípio por motivos ou de religião, ou escassez de trabalho na terra ou porque foram chamados por outra pessoa/liderança. Uma estratégia das lideranças para mobilizar as famílias de diversas aldeias para participação nas retomadas, foi o ritual. Os indígenas participavam do ritual durante o dia e a noite iniciavam as retomadas.

Durante a primeira retomada de Pedra d'Água, os indígenas dançavam o Toré, guiados pelo "Bacurau" liderando a fila orientando a direção a ser seguida e pelo "gaiteiro" tocando o que os Xukuru do Ororubá chamam de "mimbim" Na ocasião os indígenas entoavam vários cantos (Oliveira, 2019 *apud* Souza, 1998, p. 89).

Naquela época não existia os terreiros dos rituais. Mas a gente não fazia por quê? Porque a gente tinha medo. Sabíamos que esse território era nosso. Mas quem era que ia abrir um terreiro dentro das terras dos fazendeiros. Era fazer e eles botarem para correr. Era. Depois que nós começamos a luta, que começou a retomada começamos a fazer nossos terreiros. Pedra d'Água mesmo ia muito oculto. Os mais velhos iam, mas iam muito oculto. Hoje nós temos a festa do dia 6 de janeiro, do mestre Rei do Ororubá. Todo dia 6 nós vamos. Todo Xukuru do Ororubá pode ir. E antigamente para ir era muito oculto, escondido. Eram algumas pessoas daqueles mais velhos que iam. Porque a terra era do branco. Porque se fosse e eles vissem era arriscado até matar. Então, eles iam mais era muito oculto. E hoje não, nós vamos libertos. Mas antigamente não ia. Ia só escondido. (Entrevista com Mulher Xukuru do Ororubá, *apud* Santos, 2009, p.99).

O Toré e a pajelança Xukuru do Ororubá é realizado em diferentes espaços, momentos e com semelhantes significados, desde o Toré dançando nos festejos aos terreiros nas aldeias no território. Existindo uma organização com funções para determinados indígenas, os principais sendo o Bacurau, o Mestre de Gaita e o Pajé. O primeiro fazendo a reza, o preparo e a distribuição da Jurema. Santos (2009) analisou alguns aspectos destacados durante o ritual do Toré e da pajelança: o maracá, um tipo de chocalho, utilizado por homens e mulheres; o jupago, um pau comprido como um bastão que os Xukuru do Ororubá utilizam durante o Toré, batendo no chão para o ritmo da música. Aparentemente somente homens utilizando; a borduna, uma madeira esculpida em formato de peixe podendo ser utilizada no lugar do jupago; a ingestão da Jurema, planta sagrada utilizada como bebida nos rituais de Toré e na pajelança, vinculando o mundo terreno ao mundo espiritual, possibilitando

contato com os Encantados; e o chanduré; um cachimbo fumado pelo Pajé. Tanto no Toré como na pajelança, o ritual é iniciado pelo gaiteiro.

Dona Zenilda e a falecida Lica, irmã do Pajé, diversas vezes esteve na frente de rituais religiosos, porém os principais papéis refletindo uma desproporção na participação entre homens e mulheres. No processo de retomadas homens e mulheres realizando rezas e participando coletivamente nos rituais. Porém, o tocador de Mibim, o bacurau, quem faz a reza, o preparo e a distribuição da Jurema, a defumação, a utilização do jupago, os médiuns responsáveis pelos terreiros e outros são exclusivamente homens. Nas organizações ritualísticas, a maioria quem tem papéis principais para rituais são homens.

Nas entrevistas realizadas por Gomes (2019) e Santos (2009) existem percepções diferentes, enquanto uns indígenas afirmavam que é falta de interesses por parte das mulheres, outros afirmaram que é relacionado aos períodos menstruais, onde era considerado como se o "corpo tivesse aberto" e qualquer mal poderia atingir as mulheres, seria uma forma de proteção. Outros viam essa falta de participação das mulheres como discriminação. Ao verificar os rituais Xukuru do Ororubá, sendo possível analisar o comportamento das relações de gênero.

Ao fim, as respostas dos entrevistados foram unânimes afirmando que os indígenas desempenhando papéis principais na religião são escolhidos para um conhecimento específico recebido da "Mãe Natureza". E da mesma forma as mulheres não podendo assumir esses papéis por causa do período menstrual os homens se abstendo de relação sexual nos dias antecedendo o ritual. Dona Maria a falecida Lica, irmã do Pajé Seu Zequinha que seria a futura Pajé após a morte do irmão. Uma mulher indígena assumindo um papel de liderança religiosa, respectivamente.

“Porque aqui eles acham que os homens lideram mais do que as mulheres. Eu acho que as mulheres têm a cabeça mais feita do que os homens. Mas só que aqui nessa aldeia da gente eu acho um pouco difícil, porque tem muita discriminação com a gente. (...) Até eu já ouvi falar aqui que mulher não pode tirar o Toré porque fica sem força. Por que fica sem força? Se mulher tem força na garganta também para cantar. Porque se eu for abrir mesmo minha boca para cantar alto eu tomo a voz do bacurau. Já viu como eu canto? Aquela voz fina e alta.” (Entrevista com Dona Maria, *apud* Santos, 2009, p.119).

“Boa pergunta. Não sei, não sei. Eu acho que talvez o povo Xukuru do Ororubá tenha dado mais oportunidade a esse pessoal masculino. Porque são encontradas pessoas mais velhas: homens, do que mulheres. Eu acho que tem mais homens de idade e que respeitem, do que muitas mulheres. Porque tem muitas mulheres que tem idade para ser, mas não respeitam, não

valorizam né! Não tem aquela fé viva em Deus, nem nas matas”. (Entrevista com Lica, *apud* Santos, 2009, p.119).

3.3 Dona Zenilda, uma grande liderança indígena

Dona Zenilda, mulher Xukuru do Ororubá, participante nos movimentos territoriais e mobilizações por direitos, viúva do Cacique “Xicão” e mãe do atual Cacique Marcos, atualmente é uma liderança política-religiosa. Na época das retomadas atuava com o marido, participando na realização das reuniões em cada aldeia para discutir sobre os direitos e convidar para se juntar as mobilizações. A princípio Dona Zenilda e a mulher do Bacurau, eram as únicas mulheres indo para os encontros e a mesma convidava as mulheres a deixarem os maridos participarem nas mobilizações e chamando para fazerem parte também, incluindo as crianças: “As mulheres ficavam meio cismadas de entrar na luta, de deixar seus maridos entrarem, mas aos poucos elas foram vendo que precisavam se unir para lutar pelos direitos e aí não foi muito difícil.” (Santos, 2003, p.39).

O povo Xukuru do Ororubá aponta Dona Zenilda Xukuru do Ororubá como mãe e “Xicão” Xukuru do Ororubá como pai do povo indígena, pois conseguiram não só reerguer o povo, como contribuíram nas mobilizações de outras etnias no Nordeste. Mas, também acreditando que apenas com a participação coletiva teriam resultados. Dona Zenilda e “Xicão” representavam a base, o suporte das mobilizações enquanto o fundamento era a terra e a identidade indígena, entrelaçado ao religioso e ao que a terra representa. É considerada pelo povo uma conselheira, até antes das retomadas das terras, pois o povo a procurava tanto para conselho como para saber das ervas medicinais. Para o povo é uma mãe, sentem que transmite força, paz e gostam das orações e trabalhos que realiza. Para Dona Zenilda, todo o povo Xukuru do Ororubá é a sua família.

Quando era pequena, a mãe a educou na religião católica romana, ensinada a reza e ir à missa, após uns 20 anos depois do casamento, começou a sentir uma força estranha, percebendo e até previa acontecimentos, por causa disso procurou o Pajé, o mesmo afirmando ter percebido essa força invisível nela, mas que não falara por causa do comprometimento com a Igreja Católica Romana e pensou que poderia não aceitar.

Atualmente afirma que não abandonou a Igreja Católica Romana após o aprofundamento e um padre muito amigo e que apoiava as mobilizações indígenas afirmou que é um Dom do Espírito Santo e da Natureza, porém não é todo mundo que tem esse dom. (Santos, 2003). É uma liderança no povo Xukuru do Ororubá, após a consagração do Cacique Marcos, Dona Zenilda assumindo um lugar de destaque nas questões político-religiosas. Ela tem uma visão profunda, percebendo e buscando conhecimento da perspectiva humana e da sua própria etnia. Também teve um papel importante na retomada de Santana, um ano antes da homologação do território, e mesmo diante de tantas ameaças sobre si e a família nunca desistiu.

Dona Zenilda, nós a consideramos uma peça fundamental em todo o processo de discussão. Ela circula nessas várias áreas: circula na saúde, na educação, na luta pela terra e na própria Comissão Interna. Então, Dona Zenilda, nós consideramos o esteio da luta. E por isso ela é de fundamental importância pra gente, por isso que ela é perseguida tanto. (Agnaldo, professor e liderança Xukuru do Ororubá, *apud* Santos, 2003).

Dona Zenilda xukuru representa os dois âmbitos esféricos, público e privado, habitados pelas mulheres indígenas, tanto a mulher ideal, doméstica, cuidando dos filhos e maridos, como a mulher nas novas relações sociais, a mulher política, atuante e referência. Em todo o processo de mobilizações estava não somente apoiando o marido assassinado, como também atuava junto com o mesmo nas aldeias, influenciando, participando e sendo voz para fortalecer o povo na continuação das mobilizações. da luta.

Porque a partir do momento que eu ingressei na luta mesmo, lutando nas aldeias, participando das reuniões. Eles me tinha assim, como uma conselheira. Depois passaram a chamar mãe, porque mãe gosta muito de dá conselho aos filhos, para o bem. E eles têm essa, eles consideravam nós como os pais deles. Xicão era o pai e eu era a mãe. Então, quando por sinal ele morreu, muitos choravam, e diziam: perdi o meu pai, mas fiquei com minha mãe. E pediam até que eu não parasse a luta. E eu falei para eles que não iria parar, a luta iria continuar (Santos, 2003, p.47).

Mesmo que o seu papel não tenha sido tão visível e propagado nas mobilizações de retomadas das terras, na educação e saúde Xukuru do Ororubá é tida como uma mãe, contribuindo sempre. É vista como símbolo de continuidade das mobilizações por direitos.

Durante as mobilizações sociopolíticas, o povo Xukuru passa por uma nova configuração de organização interna resultando na participação das mulheres em uma

nova esfera, não estando apenas na esfera privada, o ideário de mulher xukuru, alcançando a esfera pública, sendo liderança tanto política como religiosa, combatendo indiretamente a ideia do coletivo. A necessidade de grupos específicos para as mulheres decorreu com o processo de retomadas, durante esse processo as mulheres Xukuru perceberam a importância da sua participação ativa nas reivindicações e como junto aos homens podem “lutar” por seus direitos. Percebe-se a importância das retomadas para as mulheres Xukuru do Ororubá, além das novas configurações organizacionais, essa participação ativa na esfera pública possibilita a visibilidade feminina, que sempre auxiliou os seus pais, irmãos ou maridos nas reivindicações dos povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar as mobilizações políticas e sociais do povo Xukuru do Ororubá, a partir da perspectiva feminina, entendendo a organização e funcionalidades, como a emergência das reivindicações dos povos indígenas e conseqüentemente, das mulheres indígenas. As demandas específicas das mulheres indígenas não são para competir com os homens, mas sim para contribuir na organização indígena. Essa compreensão a partir da percepção de gênero e das reivindicações femininas para o povo e os pares.

A princípio, foi discutido a emergência nas décadas de 1970 e 1980 do movimento indígena que ocorreram a partir de mudanças políticas no Brasil e a possibilidade de reaverem as terras invadidas. Essas mobilizações sociais alcançaram visibilidade na década de 1980, com o apoio de sindicatos, partidos políticos e da Igreja Católica Romana, através da inserção do CIMI, com considerável atuação junto ao povo Xukuru do Ororubá nas discussões sobre os direitos. Com as novas configurações de organização após o Cacique “Xicão”, assumir a liderança, os Xukuru do Ororubá utilizaram as retomadas para recuperar as terras invadidas, tendo as mulheres atuando nessas mobilizações como agentes catalisadoras. Antes disso, ocorreu mobilizações dos indígenas e atuações de mulheres indígenas, como liderança, esposas de liderança e nas aldeias.

Observando-se que durante as mobilizações indígenas, as mulheres tiveram uma participação importante durante e depois das retomadas, porém a atuação foi invisibilizada, e seu lugar de fala camuflado ou pouco referenciadas nas narrativas e registros sobre as mobilizações indígenas. A questão do patriarcado influencia no povo indígena, apesar das mulheres estarem conquistando espaços públicos e reivindicando a participação efetiva. Também percebendo mudanças no povo Xukuru do Ororubá em relação a participação das mulheres em espaços de poder, começando com o Cacique “Xicão” e continuando com o atual cacique Marcos.

A estratégia de mobilizações adotadas pelos Xukuru do Ororubá para resolver os conflitos relativos à posse da terra foi a retomada, nesse processo, o Cacique “Xicão” e a esposa Dona Zenilda, foram os precursores da utilização desta estratégia no seu povo. Durante as reivindicações, foram projetando novas configurações de

organizações, a partir disso, a oportunidades de atuações sociopolíticas das mulheres Xukuru do Ororubá.

Com o processo de retomada, observa-se que a princípio as mulheres participaram para acompanhar e incentivar os maridos, porém, posteriormente outras necessidades e demandas do processo de retomada fomentaram a atuação das mulheres. A retomada criou espaços para a participação das mulheres na esfera pública, pois possibilitou participarem nas discussões e contribuiu para atuação delas em diversas atividades além do espaço doméstico.

A partir disso, as mulheres Xukuru do Ororubá redefiniram o "papel da mulher indígena Xukuru do Ororubá" e ampliam o campo de atuação e participação sociopolítica. Dona Zenilda é vista como a matriarca do povo pela concepção dos mesmos, teve um papel fundamental nesse processo de visibilidade e atuação feminina, representando a dualidade, público e privado, sendo a mulher Xukuru do Ororubá ideal e a mulher política. Também abriu o caminho, comunicando a importância da participação feminina e inspirou mulheres Xukuru do Ororubá a atuarem com o propósito de contribuir com o coletivo.

A questão da ideia do coletivo trouxe dois caminhos distintos, um seria a contribuição e crescimento do povo indígena e o outro, a invisibilidade dos protagonismos femininos que a falta de um grupo específico para as mulheres. O cerne da questão é que essa dualidade não precisa ser distinta e essa invisibilidade sendo retificada, pois se entende que as mobilizações das mulheres indígenas não são contrárias ao dos homens indígenas e sim, complementares, contribuindo para os povos indígenas.

Entendendo que essa invisibilidade não findará rapidamente, nem magicamente, mas as mobilizações das mulheres indígenas abrem caminhos e espaços para as próximas gerações de mulheres atuantes, políticas, sociais, domésticas e mulheres na liderança dos povos que são protagonistas registradas nas narrativas sobre as mobilizações dos povos indígenas.

Além de Dona Zenilda Xukuru, ao decorrer desta análise, percebe-se a participação de mulheres, em sua maioria indígenas, que agregaram direta e indiretamente nas reivindicações sociopolítica dos povos indígenas, como: "Maria Coragem", Maria Martina Kerkx (Ria), Sônia Guajajara, Ivanilde Kerexu, Sandra Benites (Ará Reté), Marta Guarani, Cacique Hilda Pankararu, Cacica Damiana do

povo Guarani e Kaiowá, Cacica Dorinha Pankará e algumas mulheres Xukuru do Ororubá, sendo Dona Josefa, Maria, Francinete, Judite, Marli e a falecida Lica. Essas são algumas das diversas muitas mulheres que lideram, contribuem, auxiliam e reivindicam no interno no seu povo e no externo, no mundo moderno ao lado dos homens, os seus direitos como indígenas e como mulheres indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miléia Santos. Rebeldias epistêmicas: descolonizar os feminismos e a história das mulheres a partir das margens. **Revista Maracanan**, n. 32, p. 267-273. 2023

BARROS, Fernando. Organizações tradicionais e políticas públicas contemporâneas: avanços e retrocessos na autonomia da mulher Xukuru do Ororubá. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (orgs.). **Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”**. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ /FUNAI, 2012, p. 128-139.

BEZERRA, Edmundo. C. M. **Migrações Xukuru do Ororubá do Ororubá: memórias e história (1950-1990)**. Orientadora: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2007.

GOMES, Ivone. M. S.; SILVA, Maria. P. Narrativas indígenas sobre os bairros “Xucurus” e Caixa d’Água em Pesqueira/PE: sugestões para efetivação da Lei n 11.645/2008. **Caderno de Estudos e Pesquisas na Educação Básica**, v. 2, p. 141-162, 2016.

MELO, Constantino José Bezerra de. **O ritual sagrado: a religião indígena do povo Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE)**. Tese de Doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em ciências da religião da Universidade Católica de Pernambuco, 2019.

MENDONÇA, Renata de Sá. **Diversidade cultural: um estudo do modelo de gestão sociopolítico do povo Xukuru do Ororubá de Ororubá**. Monografia- trabalho de conclusão de curso apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco. Orientadora: Luciana Cramer. Caruaru. 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. **Cacica Dorinha, povo indígena Pankará, Serra do Arapuá, Bacia do São Francisco, Carnaubeira da Penha/PE**. Os Brasis e suas memórias. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://osbrasisesuasmemorias.com.br/wp-content/uploads/2018/04/PROJETO-MEM%25C3%2593RIAS-BRASILEIRAS-BIOGRAFADA-CACICA-DORINHA-PANKARA-SERT%25C3%2583O-PERNAMBUCANO.pdf&ved=2ahUKEwjLodDH_6CFAXWFLrkGHQCGBbIQFnoECCAQ&usq=AOvVaw04b89VGbqT7K8MIm9gzh3w. Acesso em 20 fev. 2024.

OLIVEIRA, Eraldo Gomes de. **O Toré como representação religiosa entre os índios Xukuru do Ororubá do Ororubá (Pesqueira e Poção/ PE)**. 2019.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, 2019.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru do Ororubá.** Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa. 2013.

OLIVEIRA, Marize Vieira. Feminismo indígena. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 301-324.

PIANI, Pedro. P. F. **Organização sócio-política do povo Xukuru do Ororubá.** 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – 2004. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, v. p. 187-194.

POTIGUARA, Eliane. **Situação das mulheres indígenas no Brasil.** Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (XI), p. 19-21. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38231716/Potiguara_E_2018_Situa%C3%A7%C3%A3o_das_mulheres_ind%C3%ADgenas_no_Brasil. Acesso em: 22 fev. 2024.

PROFESSORES XUKURU DO ORORUBÁ. **Xukuru do Ororubá filhos da mãe natureza; uma história de resistência e luta.** Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 1998.

RODRIGUES, Léa do Vale. **Mulheres indígenas, gênero e diversidade cultural: a institucionalização da temática de gênero na FUNAI, a partir da perspectiva autoetnográfica.** 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SACCHI, Ângela Célia. **Mulheres indígenas e organização política: união, luta, força e resistência.** Recife: Edição da Autora, 2022.

SACCHI, Ângela Célia. Mulheres Indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígena. In: **Revista Antropológicas**, ano 7, vol.14, nº 1 e 2, 2003.

SACCHI, Ângela Célia. Representações políticas contemporâneas das mulheres indígenas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 299-301.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres entre colonialismo e resistência de longa duração – séculos XX e XXI.** Teresina: Cancioneiro, 2021.

SANTOS, Hosana. C. Oliveira. **Dinâmicas sociais e estratégias territoriais: organização social Xukuru do Ororubá no processo de retomadas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009.

SANTOS, Hosana. **Em cima de medo, coragem:** a dor e a luta da liderança Dona Zenilda e do seu povo Xukuru do Ororubá do Ororubá (PE). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2003.

SCOTT, Joan; DABAT, Christiane Rufino; ÁVILAN, Maria Betânia. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** 2. ed. Recife: S.O.S. Corpo, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade:** em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Coimbra, PT: Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.2012.

SILVA, Alexandre Evangelista da; XUKURU, Maria Roseane Cordeiro de Oliveira. **Mulheres indígena Xukuru do Ororubá:** articulando territórios de luta e de saberes. Conedu, VIII Congresso Nacional de educação. 2022. Disponível:<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88571>. Acesso em: 31 jul.2024.

SILVA, Edson. Índios: desafios das pesquisas as reflexões históricas. In: NETA, Francisca Maria; PEIXOTO, José Adelson Lopes (orgs.). **Ecos do silêncio:** o saber e o fazer da pesquisa. Recife: Libertas, 2018, p. 29-46.

SILVA, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá do Ororubá. **Tellus**, [S. l.], n. 12, p. 89–103, 2007. DOI: 10.20435/tellus.v0i12.133. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/133>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988.** 2.ed. – Recife: Editora UFPE, 2017.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988.** Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Edson; BARROS, I. P. Povo Indígena Xukuru do Ororubá do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 395-423, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/MCvrByLpTnMYZfq8vhyjgR/>. Acesso em: 5 mai. 2023.

SILVA, Lucineia Santos da. **Dona Judite Rodrigues Cavalcante de Almeida.** In: MENDONÇA, C. L; SCHILLACI, Manuela (orgs.). Mulheres indígenas de tradição. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2015.p. 90